

12

BRASIL AGORA

9 A 23 DE SETEMBRO DE 1995 — Nº 73 — R\$ 2,50



Se o projeto do Palácio do Planalto for aprovado, serão mantidas as características mais perversas do sistema tributário brasileiro. O grande capital quase não paga impostos e os sonegadores nadam de braçadas, enquanto a maior parte da carga de impostos recai sobre os trabalhadores. Lourdes Gutierrez, líder dos auditores da Receita, fala sobre os planos do governo, e conta o que seria preciso fazer para estabelecer a justiça fiscal no Brasil

Páginas Centrais



MARIA

REFORMA TRIBUTÁRIA:

GOVERNO PROTEGE TUBARÕES

RONDÔNIA O INFERNO É AQUI

PATENTES
FHC quer entregar aos EUA a lei de submissão da indústria nacional
Pág. 5

ARROCHO
Vem aí uma nova onda de mobilizações dos trabalhadores
Pág. 7

PT
Zé Dirceu promete vencer "internismo" e liderar a oposição a FHC
Págs. 12 e 13

CIDADES
Por que o "rodizio" de automóveis não é solução para as metrópoles
Pág. 4

POLEMICA
Resposta de Tarso Genro a Gorender: "a globalização é inevitável"
Pág. 15

BOTE A BOCA NO MUNDO e a campanha na rua!

Nós garantimos a qualidade do som
Nossos equipamentos são:

práticos

duráveis

econômicos

e agora temos:

CONSÓRCIO

Você pode adquirir seu equipamento
pagando em 10 parcelas e sem taxa
administrativa. Ligue-nos para
maiores informações

(011) 607.8941

DISK SOM
COMÉRCIO E MANUTENÇÃO



Rua Silveira Martins, 12
Centro - 01019-000 - São Paulo

VARADERO

A MELHOR PRAIA DO CARIBE

<p>EMBRATUR 04205-00-41-0</p> <p>HAVANA Nacional/REX 1005.00 USD Kuhly/REX 920.00 USD</p> <p>VARADERO Mella Las Americas (burco) 990.00 USD Aguapaltes 925.00 USD</p> <p>HAVANA 2NTS VARADERO 2NTS Nacional/Mella/REX 1015.00 USD Nacional/REX/Barlavento/REX 1015.00 USD</p> <p>HAV 2NTS CAYO 2NTS VRD 2NTS Plaza ou Copacabana Del Sur/ Sul Palmeras/REX 1065.00 USD</p>	<p>HAV 2NTS SANTIAGO DE CUBA 2NTS VRD 2NTS Kuhly/Cay. Santiago/ Rtur Cascada/REX/REX 1160.00 USD</p> <p>CARIBE MULTIDENTES HAV 2NTS CAN 2NTS VRD 2NTS Copa ou Plaza/Calle de O Mission Park/Palmeras/REX 1140.00 USD</p>
--	---

Saída no Domingo pela Cubana de Aviación, dando o conforto que os nossos passageiros merecem.

evasion
havanatur

RUA 07 DE ABRIL, 97
1 ANDAR - CJ A
FAX: 55 11 259-0212
TEL: 011 258-3944

Incluso: Tixts, acomodação, café da manhã e transferidos.

BRASIL AGORA

ARTE À TARDE

*Leilão e Bingo de telas doadas especialmente para
Brasil Agora por José Roberto Aguilar,
Cláudio Tozzi, Gilberto Salvador e outros, além de
obras dos melhores gravuristas cubanos*

Sexta, 6 de outubro às 18:00

Convite: R\$ 40,00 - (Jantar Incluso)

Marta e Eduardo Suplicy
Rua Grécia, 443 - Jd. Europa

Reserve já - Fone: 605.5088 (convites limitados)

BRASIL AGORA

Assine já

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. ENVIE CHEQUE NOMINAL E CRUZADO À EDITORA BRASIL AGORA
LTD. R. VICENTE PRADO, 134 - BELA VISTA - CEP: 01321-020 SÃO PAULO/SP - FONE: (011) 605.5088.
OU DEPOSITE EM NOSSA CONTA BANCÁRIA: BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 0383-2 CONTA 4408-3.
MANDAR COMPROVANTE

- ASSINATURA SEMESTRAL (12 EDIÇÕES): R\$ 30,00
 ASSINATURA ANUAL (24 EDIÇÕES): R\$ 60,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Cep: _____

Fone: _____

Profissão: _____

Cartão de Crédito:

 Visa Credicard American Express

Número: _____

BRASIL AGORA

CONSELHO EDITORIAL: ALÍPIO FREIRE, EDUARDO SUPLICY, FREI BETTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, MARKUS SOKOL, MILTON TEMER, MYRIAM ALVES, PERSEU ABRAMO, PÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, RAUL PONT, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, BRUNO MARANHÃO E ANTONIO MARTINS

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO

EDITOR: ANTONIO MARTINS

REDAÇÃO: CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAM ALVES E WILLIAM AGUIAR

DIAGRAMAÇÃO: FABIANO CIAMBRA E NILTON CESAR ZANELLI

PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES

ILUSTRAÇÃO: MARIZA DIAS COSTA

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: BAZILEU ALVES MARGARIDO JR, HAMILTON PEREIRA, KENNEDY ALENCAR, PÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, RAQUEL MORENO, RITA FREIRE, TARSO GENRO E TEREZINHA LOPES

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES

CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 - CEP: 01321-020 - SÃO PAULO TELEFONE: (011) 605-5088

Fax: (011) 605-5087

PUBLICIDADE: ELIANA ALVES MORAES

ASSINATURAS

COORDENADOR: LESTER AMARAL JR (011) 605.5090.

ARACAJU: ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692 **BELO HORIZONTE:** ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 OU 222.3811 **JOÃO PESSOA:** ANA PAULA (083) 322.6747 **FONTALEZA:** JOSÉ VITAL (085) 226.5311 **MACIÓ:** MARCELO NASCIMENTO (082) 221.5788 **NATAL:** MICHELINE (084) 221.5140 **RECIFE:** MARIA PURCINA (081) 222.1066 **RIO DE JANEIRO:** PAULO MORANI (021) 262.5863 OU 234.2003 **SALVADOR:** LUCINEI SOUZA (071) 398.0527 **SÃO LUÍS:** JOSÉ ARTEIRO (098) 243.1341 **TERESINA:** ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156 **VITÓRIA:** VANDA LÚCIA VIANA (027) 228.4881

BOLETIM NACIONAL

É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO PT

Gracindo: brasileiro, profissão esperança

Nos anos 80, nos estúdios do seriado *O Bem Amado*, Paulo Gracindo criou, em tom de brincadeira, o que seria seu necrológio, guardado desde então pelo dramaturgo Dias Gomes. Usando o linguajar típico de Odorico Paraguassu, quase acerta o dia de sua morte:

Oh, vós que não fostes ao enterro do Gracindo!

Oh, amigos, amicíssimos fiéis!

Abandonastes o de - cujos na capela

E saístes na velocidade dos Monzas e dos Passats

Também... morres domingo!

Que saco!

E eu vou perder Copacabana?

E esqueceste o coroa lá, deitado!

Ah! se fosse o despedir funéreo de um Boni,

Quanta gente ficaria em volta do buraco!

A história, porém, o desmentiu: ontem, cerca de duzentos amigos, a maior parte personalidades do teatro e da televisão, foram ao enterro no cemitério São João Batista. Muitos estavam indignados com a falta de honrarias dignas de uma carreira como a de Gracindo: "Ele deveria estar sendo velado no Teatro Municipal", lamentou o ator Othon Bastos.

O Brasil todo, porém, chorou a sua morte. Nas ruas, nos escritórios, nos teatros, nos estúdios de rádio e TV; todos recordaram, emocionados, uma carreira de 62 anos dedicada ao rádio, ao cinema, ao teatro e televisão. "O que mais eu admirava no meu pai era seu amor pela profissão", afirmou o ator Gracindo Jr.

Nascido no Rio em 1911, Pelópidas Guimarães Brandão Gracindo foge de sua casa em Maceió, ainda um garoto, para tentar livrar-se da figura autoritária do pai, Demócrito Gracindo, ex-prefeito, governador e senador das Alagoas.

Em 1931, entra para a Faculdade de Direito, onde formou-se em 1935, junto com o ator Mario Lago. Isso lhe permitiu ir à capital federal tão sonhada, como soldado raso do serviço de tiro da Fa-

culdade, combatendo ao lado dos tenentes da Revolução de 30. Terminada a Revolução e com a morte do pai, desaparecia o maior obstáculo a sua sonhada carreira.

Estreou no teatro, após algumas montagens amadoras, na companhia de Procópio Ferreira, fazendo uma figuração na peça *Pérola*, onde aparecia apenas por dois minutos, mas chamou a atenção de todos. O crítico Mario Mendes comentou: "Afinal quem é esse rapaz, que fez tão pouco e aparece tanto?" Nessa primeira fase nos palcos, esteve ao lado de Dulcina de Moraes, Alda Garrido, Elza Gomes e Delorges Caminha, em pequenos papéis, condição determinada pela rígida hierarquia nos elencos nesta época. De 1939 a 1950, afastou-se dos palcos e passa a trabalhar em rádio, conhecendo pela primeira vez o sucesso. Em 45, vai para a Rádio Nacional, onde, além do Programa Paulo Gracindo atua em radionovelas como *O direito de nascer*, onde interpretou Albertinho Limonta, que parou o país. O humor dos esquetes do *Primo rico e primo pobre*, no quadro do Programa *Balança*. Mas *Não Cai*, é memorável. Em 50, volta aos palcos na primeira montagem da peça de Dias Gomes, *O Santo Inquerito*, com quem estabeleceu uma parceria que começou no rádio, mas que se consolidou definitivamente na TV, através de personagens brasileiríssimos que interpretou magistralmente como o Tucão de Bandeira 2, o Odorico Paraguassu, de *O Bem Amado*, o padre Hipólito de Roque Santeiro. Foi inesquecível também no Coronel Ramiro Bastos de Grabiela, nos *Ossos do Barão*, no Casarão.

Aos 84 anos, despediu-se do palco da vida. Às 2h28, o ator faleceu no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, onde fora tratar-se de complicações resultantes de uma operação de câncer na próstata, realizada há três meses. Gracindo foi aplaudido pela última vez à beira da sepultura, encerrando uma das mais longas e produtivas carreiras da cultura brasileira.

Salve, Paulo Gracindo!

SERGIO MAMBERTI, ATOR

CHUTAR O PAU DA BARRACA

A esquerda precisa passar para a ofensiva

Muita atenção, senhores patronos do neoliberalismo e da globalização, adoradores do mercado e da pós-modernidade! Os ventos da política lhes preparam uma "pequena surpresa" para esse segundo semestre. Tirem o cavalo da chuva, se esperam dispor da mesma liberdade de ação que gozaram nos primeiros meses do ano, para empurrar goela abaixo da nação brasileira as reformas econômicas neoliberais.

O clima mudou. O governo não consegue a mesma unanimidade da sua base de sustentação conservadora, que aprovou as suas emendas constitucionais "ideológicas" no Congresso. As mobilizações comandadas pela CUT para a ampliação do emprego e a redução dos juros, as manifestações contra o massacre dos sem-terra em Corumbiara e pela reforma agrária, a indignação da opinião pública, com o escândalo do Banco Econômico, e o dia de mobilização pelo referendo popular, promovido pela UNE, são exemplos de que toma corpo na sociedade um clima de oposição ao governo Fernando Henrique. De um lado, falta coesão ao bloco político que o Palácio do Planalto vinha usando como trator para "soterrar" os interesses populares nas votações do Congresso; e, de outro, cresce o sentimento nacional de construir uma oposição mais decidida e definida.

Estamos diante de uma nova

conjuntura e precisamos traduzir este sentimento oposicionista em ação concreta. Ganhar as ruas e edificar uma força alternativa de mudança. O nosso grande desafio é fechar o ano de 95 com a chave de ouro da mobilização popular, articulada com a ação institucional, questionando o projeto anti-social e anti-nacional de FHC e apresentando o programa democrático-popular como a saída para a superação da crise.

**OS SUCESSIVOS
DESGASTES DO
GOVERNO FHC
ABREM ESPAÇO PARA
QUE A ESQUERDA
ENGATE NUMA FORTE
OFENSIVA AOS
PROJETOS
NEOLIBERAIS**

Precisamos que a esquerda brasileira e, em particular, o PT adotem uma postura de oposição mais ofensiva. Porque, se é verdade que o diagnóstico da realidade brasileira aponta claramente esse caminho, é também verdadeiro que as forças de esquerda ainda vivem um momento de paralisia política. Uma certa letargia produzida, em grande parte pela manipulação política de uma inflação mantida, artificialmente, sob controle, e de uma

propaganda facistóide com que a mídia brasileira exalta o governo e seu projeto de reformas neoliberais como a mais pura expressão da política de "salvação nacional".

A postura ofensiva, que precisa nortear as forças democrático-populares, resulta, não só das necessidades colocadas pelo cenário objetivo da luta de classes, mas expressa também o resgate da herança de um projeto histórico, em que milhares de homens e mulheres investiram suas vidas na luta pela libertação da classe trabalhadora.

O combate político, e sobretudo ideológico, à crueldade anti-social com que estão marginalizando todo um povo, é uma questão de compromisso histórico. Uma marginalização que, em sua forma mais grotesca, se manifesta através do sacrifício de milhões de crianças, dormindo embaixo dos viadutos, ganhando a vida mendigando ao lado dos faróis de trânsito, trabalhando precocemente nas fábricas, entregues à prostituição infantil ou ao assalto à mão armada.

São várias as razões que justificam a necessidade da esquerda brasileira passar à ofensiva. Principalmente quando estão em jogo os mais elementares conceitos de justiça social. Por tudo isso, devemos assumir, de forma curta e grossa, que é preciso chutar o pau da barraca.

BRUNO MARANHÃO, DIRETOR DO BRASIL AGORA

Missa dos Povos Amazônicos Catedral da Sé-18 hs

A Arquidiocese de São Paulo, a Pastoral de Ecologia, o Comitê Chico Mendes, a Fundação SOS Amazonas (Acre), o Morhan e o CIMI, convidam a População, para celebrar os Povos Amazônicos, por ocasião do 7º ano do assassinato de Chico Mendes, no dia 10 de setembro, às 18 hs na Catedral da Sé.



EM DEFESA DA VIDA CONTRA A CULTURA DA MORTE

METRÓPOLES

BRINCANDO
COM O CAOS

O governo de S. Paulo adota um "rodízio" cosmético contra a poluição, enquanto prossegue o abandono do transporte coletivo e novas obras estimulam o uso do automóvel

A experiência de rodízio de carros na cidade de São Paulo, entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro, encerrou-se com uma adesão de 34% dos motoristas, conforme a imprensa. O índice foi considerado tímido, e o debate sobre as medidas para diminuir a poluição na maior cidade do país acabou reduzido a uma culpabilização do usuário de automóvel: ele deve ser punido com multa, em rodízios futuros?

A baixa adesão contrasta com o percentual expressivo de motoristas que apóiam medidas duras contra o uso de automóveis. Uma sondagem feita em 92 pela empresa Standard e Ogilvy revelou que 50% concordavam em deixar o carro em casa uma vez por semana — uma iniciativa semelhante à do rodízio. Uma parcela bem mais ampla (67%) era favorável a medida mais dura — a proibição da entrada de automóveis em toda a área central.

A pesquisa revela: a população apóia medidas duras contra o automóvel

Por que o rodízio funcionou pouco? Para entender, é útil recordar, por exemplo, de uma experiência melhor sucedida. Em 1988, a Cetesb, órgão estadual encarregado de defender o meio-ambiente, adotou o chamado Alerta II, e proibiu o acesso de veículos a todo o centro. Nesse dia, Prefeitura e Estado puseram em prática aquilo que não ocorria em todos os outros 364 dias do ano: ônibus em grande quantidade, metrô a todo minuto. E funcionários públicos cuidando do trânsito em cada esquina importante da região central.

O Alerta II, da Cetesb, chamou atenção até em Nova York. Dirigentes municipais avaliaram a possibilidade de repetir a idéia. Vieram conhecer o laboratório paulistano. O que encontraram foi uma experiência testada apenas de forma festiva e uma Cetesb que admitia: também o Alerta II não passava de uma ação de "pronto-socorro" do poder público, que não atacava as causas da poluição.

O que os técnicos americanos incluíram na bagagem de volta foi um vídeo gravado com a vereadora do PT e ex-secretária de Transportes, Tereza Lajolo, que na época mobilizava a Câmara Municipal para um projeto mais ousado: a preservação do Centro de São Paulo, à exceção das grandes vias de ligação inter-regionais que por ele passam, através da restrição permanente, durante o dia, à circulação de veículos particulares.

Os governos preferem ações festivas: "rodízio" ou "alerta" uma vez por ano

O projeto autorizava a Prefeitura a fechar as chamadas rôtula e contra-rôtula do centro. Foi subscrito por vereadores do PV, PCdoB e PSDB e foi aprovado pela Câmara Municipal, no último mês da gestão de Luiza Erundina. Mas, por tratar-se de uma autorização (já que a Câmara não pode decidir sobre a organização viária),



CÉLIO R./AE

Milhões de carros empestiam o ar da cidade. A prefeitura planeja novos túneis e estacionamentos subterrâneos

a medida foi ignorada pelo novo Prefeito, Paulo Maluf.

Entre aquela proposta e o que viria depois, residem grandes diferenças de concepção sobre como melhorar o ambiente urbano. O fechamento então defendido era embasado em estudos do Projeto de Plano Diretor que o governo petista tentou, sem sucesso, fazer aprovar pela mesma Câmara Municipal. O que se verificava nos levantamentos da Prefeitura era um centro saturado não só de poluição, mas de insegurança, encortiçamento e degradação urbana. Toda uma infraestrutura, de água, luz, telefone e serviços públicos, mostrava-se congestionada pelo uso excessivo durante o dia, ficando ociosa — e portanto cara para a população — durante a noite. E várias linhas de investigação associavam esse quadro à presença indiscriminada de veículos.

Um dos problemas até hoje visíveis é que a poluição pelo trânsito reduz o uso da área para moradia, provocando contrastes. Mais de 2 milhões de usuários circulam a pé, diariamente, só no percurso entre as praças da Sé e República, no Cen-

tro histórico. No Centro expandido, que inclui a Avenida Paulista e parte da Zona Leste, há cerca de um milhão de empregos, mais de 20% do total da cidade. E quando essa população de usuários e trabalhadores vai embora, ao anoitecer, a paisagem se modifica. Com poucos habitantes para uma área tão extensa (menos de 600 mil em todo o Centro expandido) é maior a insegurança durante a noite, desestimulando a instalação de teatros, cinemas e restaurantes que poderiam melhor aproveitar a infraestrutura urbana.

Na gestão Erundina, uma idéia: fechar o centro de dia, estimular seu uso à noite

A principal intervenção que a Câmara Municipal apoiou ao aprovar o projeto de iniciativa petista dizia respeito ao transporte coletivo. Através da municipalização do serviço de ônibus, implantada pela prefeita Luiza Erundina, era possível determinar e controlar a distribuição das linhas e a forma de remuneração das empresas. Com isso, era possível também

introduzir no centro linhas circulares gratuitas, conectadas às linhas tarifadas centro-bairro, com terminais afastados da rôtula central.

A radicalidade da proposta de fechamento do centro, mesmo dentro do governo petista, não era um consenso, e se confrontava com outras, de mudanças mais suaves. Mas o gesto autorizativo buscado na Câmara permitia intervenções graduais, com prévio apoio do legislativo. Linhas circulares gratuitas chegaram a ser definidas pela Prefeitura no final da gestão Erundina, havendo ainda um cronograma fixado em lei para a substituição de toda a frota de ônibus por veículos movidos a gás, num prazo de 10 anos.

Ao invés dos carros, linhas de ônibus gratuitas na região central

Mal se passaram três anos, mas as alternativas de então hoje são remotas. As linhas circulares foram barradas por ação judicial do deputado malufista Campos Machado. A própria municipalização do transporte foi desativada pelo prefeito Paulo Maluf, reduzindo a possibilidade de controle do transporte pelo poder público. No centro histórico, as poucas ruas fechadas por governos anteriores, desde 1977, foram agora reabertas à circulação de veículos, atendendo a interesses de setores financeiros que querem facilitar o acesso de sua clientela privilegiada. E hoje a Prefeitura se dedica a encontrar meios de introduzir garagens subterrâneas em pleno coração de São Paulo, para melhor acomodar os carros que o invadem.

Querer, com tudo isso, jogar a culpa nos motoristas, através de multas no rodízio, é no mínimo insólito segundo a vereadora Teresa Lajolo, que tentou fechar o centro, quando ocupou a secretaria de Transportes. "Nosso princípio, que foi abandonado pelo governo atual, era privilegiar o transporte coletivo, alterando uma cultura histórica em que todo o país se organizou para valorizar apenas o automóvel. Se o governo continua fazendo esse opção, quem deve ser multado é ele".

A Câmara aprova o projeto. Maluf assume e desmantela o transporte coletivo

Ao acusar o governo, a ex-secretária inclui, num pacote só, o municipal, o estadual e o federal. Projetos de extensão das linhas do metrô continuam emborlando à espera de recursos. O BNDES, que financia com dinheiro social a compra de ônibus pelas empresas privadas, se recusa, por determinação do Banco Central, a financiar o transporte público, seja das empresas de ônibus municipais seja do metrô. E agora, com as mudanças constitucionais, o dinheiro do BNDES, que vem dos fundos sociais dos trabalhadores, poderá financiar até empresas de transportes estrangeiras. Mas a restrição ao poder público, único capaz de promover a substituição do transporte individual pelo coletivo, essa continua.

RITA FREIRE, JORNALISTA

"LEI DAS PATENTES"

LIÇÃO DE SERVILISMO

De viagem marcada para Washington, FHC tenta levar na bagagem a submissão do Brasil às exigências dos EUA em relação à lei de propriedade industrial

O parecer do senador Fernando Bezerra, recém-eleito presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e relator do projeto de lei das patentes na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, apresentado no último dia 30, joga por terra os avanços conseguidos na comissão de Constituição e Justiça. Se naquele momento os senadores haviam mostrado disposição em adotar posturas independentes e conseqüentes, agora terão que redobrar os esforços para derrotar o projeto do governo consolidado no parecer de Bezerra.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto ganhou diversas emendas no Senado, muitas delas apresentadas pela bancada de cinco senadores do PT. Ao contrário do que deseja o governo, o partido vai brigar pela eliminação do patenteamento de microorganismos de seres vivos, um dos pontos mais polêmicos do projeto. Não abre mão também da necessidade de produção local para o exercício dos direitos da patente, do estabelecimento de prazos maiores para a entrada de lei em vigor e da eliminação do "pipeline", instrumento que permite que produtos ou processos com pedidos de patentes depositados em outros países, mas que no Brasil já caíram em domínio público, recebam tratamento privilegiado do INPI.

PT rejeita o patenteamento de seres vivos e exige produção no país e prazo para os laboratórios nacionais se adaptarem à lei

O projeto de lei de propriedade industrial (patentes) foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso, em 1991, durante o governo Fernando Collor de Mello, para adequar as leis nacionais que regulamentam o assunto às normas internacionais a que o país havia aderido por acordo internacional, notadamente as relativas à Revisão de Estocolmo da Convenção de Paris e às negociações que se desenvolviam no âmbito da Rodada do Uruguai do GATT, sancionada pelo Brasil em dezembro de 1994.

Desde o início dos debates, a questão mais polêmica se refere ao patenteamento de seres vivos, microorganismos transgênicos e materiais biológicos. Em uma das emendas apresentadas ao projeto de lei de patentes, o PT considera precipitado no momento o seu patenteamento, e propõe que os direitos patentários para microorganismos apenas sejam aceitos no Brasil depois de promulgada lei que proteja seus recursos genéticos, de acordo com a Convenção de Biodiversidade, assinada em 1992 no âmbito da ONU. A mudança é necessária porque o Brasil é,

seguramente, o país que possui o maior acervo de materiais genéticos do mundo. Trata-se de matéria-prima estratégica no desenvolvimento de setores econômicos importantíssimos, como a agricultura e a indústria farmacêutica, que estão passando a utilizar, de maneira mais intensiva, a engenharia genética.

Aceitar patentes na engenharia genética engessaria o desenvolvimento do país, com prejuízos para a agricultura

Por ser um ramo recente do conhecimento científico, só agora as implicações da engenharia genética para nossas vidas começam a ser estudadas. Nos poucos países onde são aceitas patentes, as questões estão sendo resolvidas nos tribunais de justiça. Por isso, o PT tem sustentado no Congresso que não há motivos para que o Brasil se antecipe à maioria dos países, permitindo o patenteamento de microorganismos de maneira precipitada, que irá engessar o desenvolvimento desta

Produtos da indústria farmacêutica: dono do maior patrimônio genético do mundo, Brasil arrisca-se a abrir mão de uma riqueza indispensável para a produção moderna de alimentos e remédios



ARQUIVO BRASIL AGORA

tecnologia no país com repercussões negativas sobre a agricultura nacional.

O estabelecimento de prazos para reconhecimento de patentes dos novos processos e produtos que incluem os químicos, processos e produtos alimentícios e farmacêuticos, além dos próprios microorganismos, é outra questão que está sofrendo forte pressão por parte do governo. O PT defende a construção de um projeto que atenda de fato às necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico do país, utilizando-se do prazo de transição de até dez anos concedido pelo GATT aos países em desenvolvimentos. Depois de anos de negociações com mais de 160 países, o governo brasileiro conseguiu incluir no acordo do GATT cláusulas que garantem posições mais confortáveis ao Brasil no estabelecimento de sua legislação patentária. Estranhamente, o governo FHC tenta convencer-nos agora que o melhor é abrir mão de direitos internacionais já conquistados.

O parecer do senador Fernando Bezerra propõe, também, o retorno do "pipe-

line". Aprovado pela Câmara, o instrumento foi retirado pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, senador Ney Suassuana.

Agora, em vez de enterrá-lo, Bezerra quer reintroduzi-lo no projeto. Em depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, os ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, e da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas tentaram convencer os senadores da necessidade de ajustar o projeto às exigências norte-americanas. Lampréia gastou a maior parte de sua exposição para relatar o teor das retaliações a quem estaríamos sujeitos. Senadores da oposição rechaçaram duramente o argumento, e denunciaram a postura de submissão adotada pelo governo FHC.

Em depoimento ao Senado, dois ministros tentam convencer parlamentares a ser dóceis diante das pressões dos EUA

A idéia do governo é votar o projeto até setembro, fim do "prazo" dado pelo governo norte-americano. Uma coisa é certa: qualquer que seja o resultado da votação, o projeto de lei de patentes voltará à Câmara, por ter recebido emendas no Senado. A votação do relatório do senador Fernando Bezerra está prevista para dia 12 de setembro próximo.

O PT conseguiu ainda aprovar requerimento de convocação de Audiência Pública para que a Comissão ouça a posição do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da CNBB. Nesta mesma ocasião, teremos a oportunidade de conhecer o relato de um senador argentino sobre a aprovação da lei de patentes naquele país. Aprovada após uma dura batalha, em que o Legislativo derrotou vetos do presidente Menem, a lei prevê, entre outros itens, prazo de transição de oito anos para entrada em vigor das patentes.

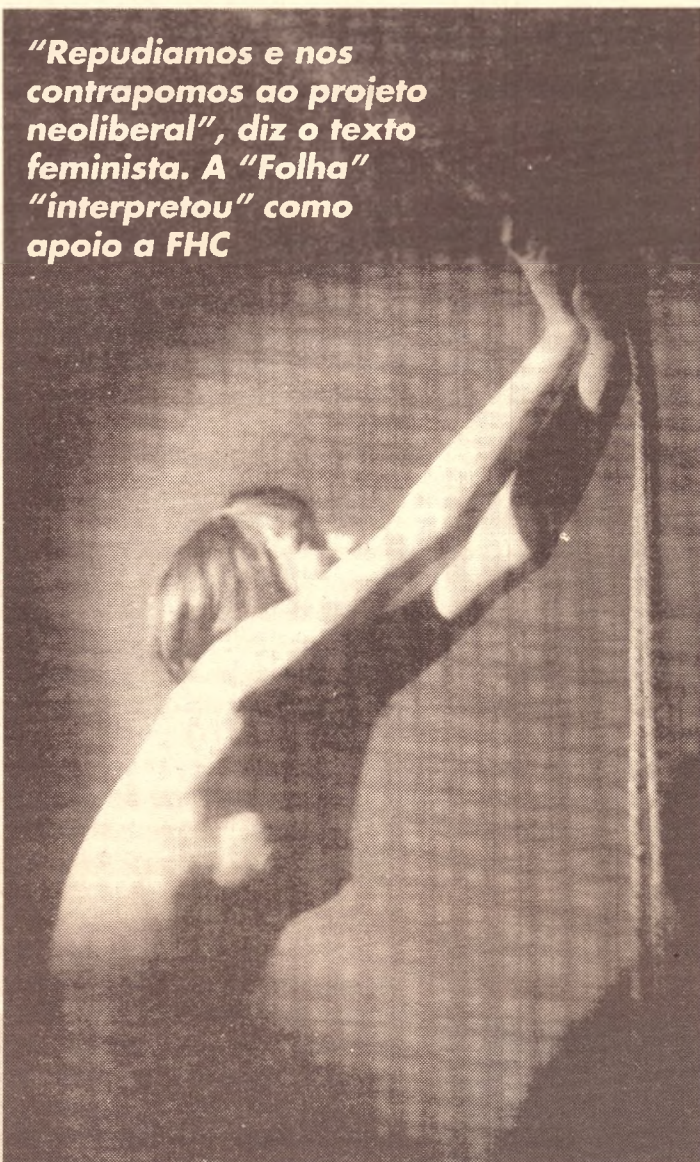
Na Argentina, Congresso atropelou Menem, e aprovou projeto que preserva indústria farmacêutica do país

A aprovação do projeto do governo significa abrir mão de direitos internacionais reconhecidos e violar a autonomia nacional. O governo norte-americano está fazendo sua parte, ao pressionar por suas poderosas indústrias farmacêuticas, químicas e outras do setor de biotecnologia. O que chama atenção é que os "ultimatos" sejam recebidos, no governo FHC, com uma postura tão servil.

BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO E TEREZINHA LOPES, COLABORADORES DO BRASIL AGORA

A LUA-DE-MEL QUE NÃO HOUE

"Repudiamos e nos contrapomos ao projeto neoliberal", diz o texto feminista. A "Folha" "interpretou" como apoio a FHC



DRTIKOL

Líder da luta das mulheres contesta insinuações da imprensa, segundo as quais haveria "namoro" entre o feminismo brasileiro e o governo FHC

Deu na "Folha de S. Paulo" de 31 de agosto que estávamos — logo nós, as feministas — em clima de lua de lua-de-mel com FHC. Como pode?

Fui atrás, para descobrir onde estava o equívoco — se na atitude da delegação que foi para a China, se na opinião da portavoza entrevistada ou se na interpretação da jornalista que cobria o evento.

Mais uma vez, temos múltiplos enfoques sobre uma questão. Para começar, o própria importância dada a Pequim

Acabei descobrindo que, mais uma vez, temos múltiplos enfoques sobre a questão. E que Pequim, mais do que nosso ponto de encontro, é também nosso centro de divergências.

Mas o que é que nos divide?

Para começar, a própria importância dada ao Encontro. Há, no movimento feminista, quem proteste contra a imposição de agendas que atropelam nosso ritmo nossas prioridades. E o próprio Encontro obedeceu a esta lógica, nos atropelando com as datas dos encontros nacionais, da articulação latino-americana.

Algumas feministas optaram por não priorizar a organização do Encontro, e não participaram do Fórum de Pequim. Outras foram.

Parte do movimento insistiu por uma análise crítica do neoliberalismo. Outro setor resistiu. Prevaleceu uma média

Entre as que participaram do Fórum, houve as que insistiram para que no documento constas-

se uma análise crítica das decorências do modelo neoliberal aqui implementado — e as que resistiram, alegando que não devíamos priorizar "questões nacionais". A média possível passou por uma referência crítica cuja suficiência depende da ótica de quem a avalia.

Temos matizes, enfoques e preocupações diferentes. Mas falar em aproximação com o poder é fantasia ou má-fé

Como todos os movimentos e agrupamentos sociais, temos matizes, enfoques, preocupações e eventuais filiações partidárias que nos diferenciam. Mas falar em lua-de-mel com o poder é fantasia ou má-fé de quem assim escreveu.

RACHEL MORENO, MILITANTE FEMINISTA

JULGUE VOCÊ MESMA

Abaixo, trechos do documento em que a "Folha" se baseia para falar em "lua-de-mel" das feministas com o governo

Declaração das mulheres brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher

1. Nós, mulheres brasileiras, alcançamos nas últimas décadas importantes avanços no sentido da superação das desigualdades de gênero. Conquistamos espaços políticos, saímos da invisibilidade a que estávamos relegadas, conquistamos direitos e ousamos querer mais. Contudo, esses avanços estão sendo ameaçados por uma lógica de exclusão social.

2. Modelos e estratégias de desenvolvimento injustos constituem a base da miséria e marginalização crescente das mulheres. Enfrentamos no Brasil, e no mundo, tempos de intolerância, particularmente contra os pobres, contra as mulheres — especialmente prostitutas e lésbicas —, contra os grupos étnicos/raciais e homossexuais.

3. A dívida externa, os projetos neoliberais e as normas internacionais de comércio sustentam o domínio dos países ricos, acentuam as desigualdades, reduzem os direitos dos trabalhadores e

desgastam os recursos dos serviços básicos.

4. A privatização do Estado, os reduzidos investimentos em serviços sociais, aumentam a pressão sobre as mulheres, pois significam mais horas nas filas de atendimento médico, mais mortes de parto, menos escolas e creches.

5. Repudiamos e nos contrapomos ao projeto neoliberal e aos impactos da política de ajuste estrutural gerados por um modelo de desenvolvimento excludente e desumano, que vem aumentando as dificuldades das brasileiras, particularmente as de baixa renda. A perspectiva de igualdade a que as mulheres aspiram fica comprometida quando o governo brasileiro se torna o principal instrumento propulsor de reformas que reduzem investimentos sociais, põem em risco a soberania do país e ameaçam os direitos que o movimento de mulheres e demais movimentos sociais conquistaram nos últimos anos.

6. O crescente monopólio dos meios de comunicações pelas transnacionais e elites locais obs-

truem o direito e acesso a informação diversificada e plural.

7. Não pode haver cidadania plena quando trinta e dois milhões de mulheres e homens convivem com a fome a cada dia.

8. Não pode haver cidadania plena quando as mulheres estão sujeitas a uma legislação que induz à realização de abortos clandestinos.

9. Não pode haver igualdade quando a um número expressivo de mulheres são negados direitos trabalhistas básicos.

10. Não pode haver igualdade enquanto permanecerem valores e costumes patriarcais que discriminam mulheres segundo sua raça, etnia, idade, condição física e orientação sexual

11. Não pode haver igualdade enquanto a violência doméstica e sexual, o tráfico de mulheres e a prostituição infanto-juvenil

contarem com a indiferença do Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público.

12. A democracia que aspiramos compreende direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos e sociais, sociais e culturais que garantam a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

POR ISSO PROPOMOS:

a. Um modelo de desenvolvimento que implemente políticas públicas de combate às desigualdades sociais, raciais, étnicas e de gênero.

b. A redistribuição de recursos de maneira equitativa e justa, sem discriminar as mulheres.

c. Garantia plena dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres com a discriminação do aborto.

d. Impedir os abusos que fazem da mulher campo de experi-

ências e cirurgias desnecessárias.

e. Manutenção dos direitos constitucionais, assegurando-se os direitos previdenciários para todas as mulheres trabalhadoras.

f. Garantia do direito ao trabalho a todas as mulheres, com reforma agrária e direito à terra.

g. Combate à violência contra as mulheres.

h. Combate à violência racial e ao extermínio da população negra.

i. Democratização dos meios de comunicação, do acesso das mulheres a esses meios e veiculação de imagens e conteúdos não discriminatórios que mostrem a pluralidade do gênero feminino.

j. Participação equitativa das mulheres nas estruturas de poder, processos e instâncias político-decisórias

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1995

EM BUSCA DO SEGUNDO TEMPO

Três categorias de trabalhadores com grande tradição de luta preparam campanhas salariais que podem pôr em xeque a política de arrocho do governo FHC

O que fermenta o medo e a rebelião

É o esperar prolongado e mais aflito

Do filho sem saber se trará pão

O pai que a vida toda plantou trigo.

Reynaldo Jardim

Articulação de greves, manifestações de rua e protestos unificados contra as consequências do neoliberalismo. Pelo menos três grandes categorias de trabalhadores estão preparando, para setembro e outubro, campanhas salariais que podem se transformar num "segundo turno" contra o governo — que derrotou os petroleiros em maio e impôs em julho a MP que manda congelar salários, com inflação de quase 40% ao ano. Bancários e petroleiros saem na frente, em setembro, seguidos dos canavieiros de Pernambuco, em outubro, eletricitários e urbanitários em novembro e telefônicos em dezembro.

No final de agosto, os bancários, os petroleiros e funcionários dos Correios (que reivindicavam o cumprimento do acordo assinado no ano passado) - receberam um sonoro *não* às suas reivindicações. A Fenaban e Petrobrás firmaram o pé para o cumprimento da MP 1053. Os funcionários dos correios, em greve durante quinze dias, ouviram do TST a "ordem" para retornar ao trabalho e negociar com a ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) apenas o plano de carreira.

Apesar da enorme lucratividade, banqueiros oferecem menos que a inflação

Os bancários, reuniram-se em Campinas, em 26 de agosto, num Encontro Nacional. Dois mil trabalhadores rejeitaram a proposta da Fenaban, de 27% de reajuste sobre o salário de setembro de 94, com desconto das antecipações. Mesmo enfrentando o desemprego e a crise financeira dos bancos privados e públicos, concluíram que sem luta e a articulação com todas as categorias em campanha, não haverá possibilidade de manter seus postos de trabalho e conseguir mais que 8% de reajuste salarial, em média, descontando as antecipações. Sob a bandeira de "Meu trabalho vale mais", reivindicam o reajuste de 67,55% sobre o salário de setembro, um índice que inclui o pagamento dos 48,67% de inflação (ICV/Dieese) nos últi-



Petroleiros de Mauá em campanha: movimento tenta unir várias categorias, e lutar por serviços públicos de melhor qualidade

mos doze meses mais 12,7% a título de produtividade (rentabilidade média dos maiores bancos).

Os petroleiros, mobilizados desde o final da greve de maio em operações "padrão", orientadas pela FUP, discutiram sua campanha salarial num congresso da categoria, realizado no final de agosto em Serra Negra-SP. Exigem reposição das perdas salariais de setembro de 94 a agosto de 95, de 50,53% (Dieese), cumprimento do acordo de 25/11/94 (12%), produtividade, reintegração dos 85 demitidos, cancelamento das punições impostas pela Petrobrás. Organizados contra as punições ocorridas durante e depois da greve de maio — suspensões de 5 a 29 dias de trabalho e demissões —, realizaram protestos no dia 16 de agosto em memória dos 37 companheiros mortos, há onze anos, num acidente na Plataforma de Enchova, na Bacia de Campos.

Na *Carta de Serra Negra*, manifesto redigido ao "povo trabalhador brasileiro", os participantes do congresso defenderam a constituição de uma "ampla frente de massas que possa unificar todos os patriotas, democratas, se-

tores populares e partidos de esquerda, na cidade e no campo", visando dar "um basta a este saque ao patrimônio nacional". Reivindicam, ainda, "oposição ao governo FHC, contra o assassinato de trabalhadores rurais, contra o desmonte do Estado brasileiro, contra a política de juros altos, em defesa da saúde, da educação e da previdência públicas". Para isso, conclama: "A CUT e aos sindicatos cabe a tarefa de discutir junto aos trabalhadores, aliando a esta mobilização a construção da greve geral".

Fenaban e Petrobrás firmam o pé para o cumprimento da MP 1053 do arrocho

Reunidos numa Plenária Nacional, os sindicalistas denunciaram as políticas da Petrobrás e do governo e discutiram a proposta de formação de um Fundo de Solidariedade aos petroleiros demitidos no período de greve. Antonio Carlos Spis, um dos coordenadores da Federação Única dos Petroleiros (FUP), avaliou que a "política de perseguição permanente" aos funcionários e o indi-

ciamento pela lei de greve, pela polícia federal, de sindicalistas (como Silvio José Marques, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, e Sérgio Santos, tesoureiro do mesmo sindicato) caracterizam a política social do governo: "Faz parte do projeto do governo FHC arrebentar toda organização do movimento sindical, utilizando o TST e a Polícia Federal".

Em outubro, os canavieiros de Pernambuco entram em negociação, mas desde já discutem as propostas para encaminhamento da campanha. Fizeram um seminário sobre o tema em Natal, entre 27 e 29 de agosto. Segundo Severino Domingos de Lima, o "Beija-flor", secretário de finanças da Federação e poeta, o quadro do desemprego é crítico: "Das 35 usinas de açúcar, oito já estão fechadas, outras oito em processo de fechamento e dez em situação regular". Havia 250 mil canavieiros e hoje, dos 120 mil empregados, mais de 50% estão sem emprego. A situação salarial é ainda mais grave: um canavieiro recebe hoje R\$ 120,00. Beija-flor acrescenta: "Os canavieiros pernambucanos

mandaram avisar que querem uma greve curta e grossa. Sem luta não conseguirão nada. A livre negociação é uma farsa".

Os telefônicos, os urbanitários, eletricitários e servidores federais, que estão se mobilizando para novembro e dezembro, decidiram incluir em suas pautas específicas bandeiras gerais de luta junto à população. A defesa da organização sindical, do direito ao emprego, por melhores salários, por empresas públicas mais eficientes, serão traduzidas em palavras de ordem mais diretas para o entendimento da opinião pública, como por exemplo, serviços telefônicos mais eficientes, expansão dos serviços de eletricidade, etc.

Carta de Serra Negra defende a constituição de uma frente de massas e a greve geral

A CUT tem realizado reuniões para articular as categorias em campanha neste segundo semestre e decidiu, na sua 7ª Plenária Nacional — com mais de 360 delegados —, realizar manifestações de caráter amplo. Segundo Pedro Ivo Batista, diretor da Executiva Nacional da central, a pauta de reivindicações não deve se limitar às questões de ordem econômica das categorias, mas aproximar-se de uma luta geral da população contra o desemprego, o arrocho salarial e pela manutenção e melhora dos serviços sociais prestados pelo Estado, como saúde e educação. Antonio Carlos Spis, presidente da FUP, acrescenta: "É necessário um movimento amplo, porque categoria, sozinha, não conquista nada". José Maria de Almeida, diretor da Executiva Nacional da CUT, avalia que o desgaste do governo serve de combustível para as mobilizações, e amplia as chances de um possível "segundo tempo". Avaliando a fragilidade de movimentos isolados, José Maria defende uma coordenação das diversas categorias em campanha, manifestações de rua que envolvam a população e a preparação de uma greve geral.

Ao que tudo indica, embora os trabalhadores estejam na defensiva, a pressão é tão forte, que pode empurrar o movimento para frente. As categorias em campanha dos setores públicos e privados, no campo e na cidade, pressionados pelo arrocho salarial, pelas restrições de direito de organização sindical e pelo desemprego, iniciam uma batalha que promete ser maior que a do primeiro semestre.

CECILIA LUEDEMANN



MASAO GOTOILHO/AE

"REFORMA DO FAZ-DE-CONTA"

Uma líder dos auditores da Receita explica por que a "reforma tributária" do governo é uma remendo, e diz o que é preciso fazer para que os ricos passem finalmente a pagar impostos

Em 1987, quando presidia o sindicato dos auditores fiscais (Unafisco) de São Paulo, a economista Lourdes Gutierrez liderou um protesto criativo contra os baixos salários de sua categoria e o desaparecimento da Receita Federal. Durante cerca de quatro meses, os auditores promoveram uma "operação padrão". Ao invés de fazer greve, cumpriram estritamente as normas legais que regem sua atividade. Enormes congestionamentos formaram-se nos aeroportos internacionais e nas fronteiras do país. Os transtornos chamaram atenção da sociedade para um fato grave: a falta de condições materiais era tão dramática que parecia haver uma cumplicidade tácita entre o governo, que não fiscalizava o recolhimento de impostos, e os sonegadores, jamais incomodados.

Oito anos depois, a Receita está ainda mais desaparecida: o número de auditores caiu pela metade desde 1970, enquanto o número de empresas que eles estão encarregados de fiscalizar multiplicou-se por dez. A Unafisco e seus as-

sociados, no entanto, estão cada vez mais ativos. Além de brigarem por melhores condições de trabalho, eles têm o costume de promover cursos e seminários sobre o sistema tributário e de apresentar constantemente sugestões para aperfeiçoá-lo.

Foi com base na experiência adquirida nesse período que Lourdes Gutierrez redigiu, em conjunto com os economistas João Machado e Paulo Nogueira Batista Jr., um dos documentos que deram subsídio à proposta de reforma tributária que o PT apresentará ao país, nos próximos dias. É também apoiada no que aprendeu em quinze anos de Receita que Lourdes fustiga as emendas constitucionais sobre o assunto que o governo FHC apresentou em 23 de agosto. "O que o Planalto apresentou é um remendo. Não há nada para acabar com a sonegação. As poucas mudanças reais visam, por incrível que pareça, diminuir ainda mais o imposto pago pelas grandes empresas e pelos bancos". Em 30/8, Lourdes Gutierrez concedeu esta entrevista a *Brasil Agora*:

Em que consistem as proposta de emendas do governo FHC?

Podem ser tudo, menos uma reforma tributária. No que diz respeito ao combate à sonegação não há nenhuma medida concreta, exceto uma tentativa muito limitada de restringir o sigilo bancário.

A transformação do IPI em ICMS federal pode até provocar aumento da tributação mais perversa — a indireta — já que o novo imposto incidirá sobre

número maior de produtos. Fala-se, além disso, que o Executivo vai propor nos próximos dias que o Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas incida sobre salários baixos, hoje isentos, e que haja uma única alíquota, para reduzir o montante pago pelos que ganham mais. Se a intenção fosse instituir um sistema mais justo, deveria se fazer exatamente o oposto.

Esta pseudo-reforma faz lembrar de um símbolo que a Unafisco usou em 87,

quando fizemos nossa primeira "operação-padrão". Dizíamos que o símbolo da Receita não deveria ser o leão, e sim a hiena — um bicho covarde diante dos grandes predadores, e cruel com os bichos pequenos.

"O símbolo do atual sistema tributário poderia ser a hiena: um bicho covarde com os fortes e cruel com os pequenos"

E sobre o imposto que é pago pelas empresas?

Prevalece a mesma linha regressiva. O governo quer diminuir o número de alíquotas. O resultado é que as empresas médias pagarão mais e as maiores serão beneficiadas. Chega-se ao descaramento de propor a redução da contribuição social sobre o lucro dos bancos, que cai de 30% para 18%. O resultado é evidente: ganhos mais fartos, para os banqueiros, ainda menos recursos para os investimentos sociais.

"A arrecadação de impostos no Brasil é muito baixa: 24% do PIB, contra 52% na Suécia, 44% na Alemanha e 30% nos EUA"

O documento que você e mais dois economistas redigiram para o PT sobre a reforma tributária contesta as principais teses do neoliberalismo sobre o tema. Uma das mais difundidas diz que o Estado brasileiro cobra impostos demais. Como vocês vêem este argumento?

A idéia de que há "excesso de arrecadação" não resiste à mínima análise. Os impostos equivalem, no Brasil, a 24% do PIB. Nem se comparam aos 52% da Suécia, aos 44% da França, aos 42% da Ale-

manha. E estão ainda muito abaixo dos 30% dos EUA, um país marcadamente liberal.

Desfazer este mito é fundamental, porque qualquer proposta séria de reforma tributária exigirá, ao longo dos próximos anos, aumento da arrecadação, por dois motivos básicos. Se houver vontade política para combater a miséria, o Estado precisará fazer gastos expressivos na área social — por exemplo em saúde, educação, saneamento básico, habitação e reforma agrária. É preciso, além disso, recuperar o investimento público em infraestrutura (extração e refino de petróleo, modernização das telecomunicações e dos transportes, geração de energia, por exemplo), até para elevar a eficiência da economia brasileira e a capacidade de competir internacionalmente.

Por trás das fantasias sobre "excesso de arrecadação" há dois interesses evidentes. As elites não estão interessadas em redistribuir renda, e querem inviabilizar financeiramente as estatais que atuam no setor de infra-estrutura, para tornar mais fácil a privatização.

"O sistema tributário protege o capital: taxado, em média, em apenas 8% — contra 38% nos países da OCDE"

Vocês sustentam, em segundo lugar, que é preciso estabelecer princípios de justiça tributária. Quem paga impostos hoje no Brasil?

Nossa estrutura tributária se caracteriza pela regressividade: ela onera os assalariados e poupa o capital. Os rendimentos do capital pagam uma alíquota efetiva média de apenas 8%, contra 38% nos países do G-7. Já os rendimentos do tra-

balho pagam mais do dobro: 19% em média.

Uma das principais causas da injustiça fiscal é que predominam no Brasil os impostos *indiretos*, como o ICMS e o IPI: eles representam 54% da receita. São tributos injustos por natureza. Incidem sobre os produtos consumidos pela população e portanto não levam em conta a capacidade de pagamento. A alíquota sobre a cerveja consumida pelo trabalhador que ganha o salário-mínimo é a mesma que incide sobre a bebida do Antonio Ermírio de Moraes.

Enquanto isso, a tributação sobre a propriedade é baixíssima, como admitiu a própria Febraban num estudo recente. No Brasil, os impostos sobre a propriedade imobiliária, por exemplo, representam apenas 0,3% do PIB — sete vezes menos que nos países da OCDE.

“O desaparecimento da Receita é um convite à sonegação. Para fiscalizar os bancos, por exemplo, há apenas 80 a 100 auditores”

Vocês também frisam que nenhuma reforma tributária será efetiva se não houver combate decidido à sonegação. A Receita está preparada para garantir o pagamento de impostos?

De maneira nenhuma. Ao longo das duas últimas décadas houve um processo de desmonte do órgão. Em 1970, a Receita tinha 12 mil fiscais. Hoje são apenas 5.800, para averiguar as declarações de 4 milhões de empresas, 7 milhões de pessoas físicas e fazer o controle de todas as alfândegas. O quadro de auditores da Previdência foi reduzido em proporções semelhantes. Em consequência, o INSS está fiscalizando apenas 8 a 10% das empresas.

A falta de pessoal soma-se a negligência com os processos de qualificação. Por incrível que pareça, a Receita dispõe de apenas 80 a 100 funcionários capacitados para auditar instituições financeiras. O resultado deste conjunto de irresponsabilidades é que o país se transformou num paraíso para os sonegadores. A própria Receita revelou, num estudo produzido na gestão do ex-secretário Osiris Lopes Filho, que os 460 detentores dos patrimônios mais elevados — com valores entre US\$ 19 milhões e US\$ 764 milhões — pagavam o equivalente a cidadãos de classe média.

“No Imposto de Renda, é preciso aumentar o número de isentos, cobrar mais de quem ganha muito e instituir a renda mínima”

Como enfrentar o problema?

Não é possível se falar em mudanças da legislação tributária sem se falar no aperfeiçoamento da administração tributária. Aí está um outro sinal de inconsistência da proposta do governo, que mexe apenas na legislação.

Para mudar seria preciso ampliar rapidamente o quadro de agentes do Fisco,

já que a relação entre servidores da Receita e habitantes chega a ser sete vezes menor que nos Estados Unidos, e 18 vezes inferior à da Inglaterra.

Não se trata apenas de aumentar o número de funcionários. É preciso realocar a mão de obra, já que pouco mais de 1/3 dos auditores estão designados para tarefas de fiscalização. É necessário adotar planos de carreira e programas de treinamento. É urgente dotar a Receita de uma estrutura própria de processamento de dados, já que as tarefas de informática são realizadas hoje pelo Serpro, que utiliza equipamentos obsoletos.

Seria importante, ainda, a flexibilização do sigilo bancário. Um outro estudo da Receita Federal demonstra que no sistema financeiro circula, à margem de qualquer tributação, um valor equivalente ao PIB. Se houvesse controle e fiscalização competentes, seria possível elevar a arrecadação para 37 bilhões de dólares. Veja o caso dos EUA. Lá, todos os depósitos a partir de US\$ 10 mil são obrigatoriamente comunicados pelo Banco Central à Receita Federal, e sabe-se que estas informações são decisivas para o combate à sonegação.

“Os impostos indiretos precisam ser revistos. Se os produtos de luxo forem mais taxados, a cesta básica pode ficar isenta”

Além de taxar efetivamente quem pode pagar, vocês defendem o alívio da carga fiscal sobre os trabalhadores. Quais as medidas concretas para promover esta mudança?

Começa pelo Imposto de Renda da pessoa física, que seria radicalmente alterado. Estamos propondo o aumento do limite de isenção, para que um grande número de assalariados que ganham pouco, e hoje pagam, passem a ser isentos: Além disso, é preciso ampliar o número de alíquotas para aumentar a progressividade e fazer concentrar a tributação sobre as faixas que ganham salários realmente altos. Prevemos também o *imposto de renda negativo*: a parcela da população que ganha muito pouco seria beneficiada por um programa de renda mínima.

No capítulo dos impostos indiretos, é possível assegurar alguma progressividade adotando alíquotas diferenciadas. Os produtos da cesta básica e outros itens essenciais, por exemplo, podem ter alíquota zero ou próxi-

ma de zero. E produtos de luxo devem ser mais taxados do que hoje.

O Ministro Adib Jatene tem insistido na criação de mais um imposto indireto alegando que seria para resolver o problema da saúde. Como vocês vêem essa proposta?

Ela é incompatível com uma proposta avançada de reforma tributária. O ministro tem toda razão de exigir mais recursos para a Saúde, mas as verbas devem vir do próprio Orçamento. Há duas maneiras de fazê-lo. Uma é aumentar a arrecadação, conforme estamos propondo através de uma série de medidas. Outra é mexer nas despesas. Por que não se questiona, por exemplo, o fato do Tesouro gastar cerca mais de 10 bilhões de dólares, todos os anos, com pagamento de juros aos credores da dívida interna?

O IPMF onera indistintamente o trabalhador, a viúva, o aposentado e o empresário: quem ganha milhões e quem vive com centavos.

“O dinheiro da Saúde deve vir do Orçamento. O imposto do ministro Jatene é incompatível com uma reforma avançada”

Há também um debate sobre o Imposto Territorial Rural

O governo está propondo a transferência do ITR para os estados. A questão de fundo é que este imposto está vinculado à política fundiária, e isso é competência exclusiva da União. Não se trata simplesmente de arrecadar ou não. Estamos apontando a necessidade dele ser progressivo, tributar mais do que hoje e incidir principalmente sobre as

terras improdutivas.

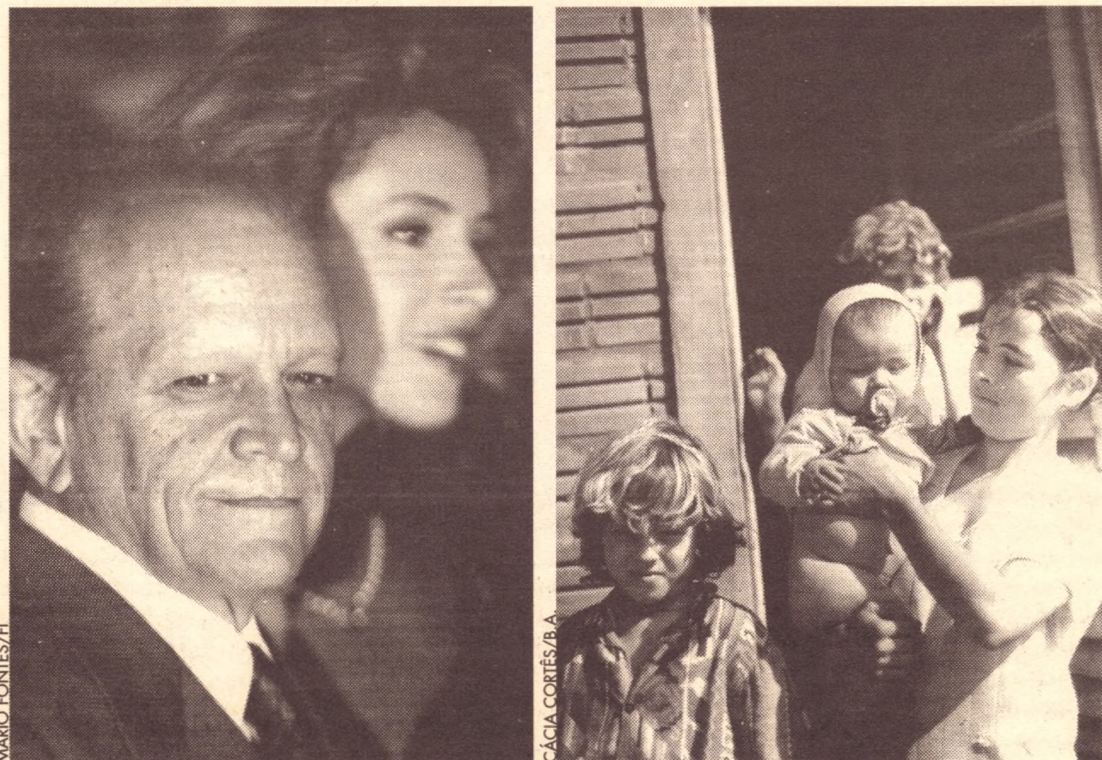
“O ITR precisa ser progressivo, ter alíquota mais alta e incidir pesadamente sobre as terras improdutivas”

Como defender um conjunto de propostas distributivistas num momento de grande ofensiva do neoliberalismo?

Nós estamos convencidos de que a reforma tributária é essencial, mas que a esquerda tem argumentos suficientes para colocar o governo contra a parede e obter apoio popular. Se a oposição estiver disposta a defender com firmeza uma proposta distributivista, e a debatê-la amplamente com a sociedade, vai ser possível, em primeiro lugar, demonstrar que a proposta de um “estado mínimo”, e portanto de uma arrecadação menor, agrava a miséria de milhões de brasileiros e compromete o desenvolvimento do país.

Vai ficar possível além disso, ter o apoio de todos os que procuram o caminho da justiça e da progressividade, e de um Estado que atenda as demandas sociais e atue de forma decidida para combater a miséria. Segundo dados recentemente divulgados pelo Banco Mundial, o Brasil é o país com pior distribuição de renda no planeta. Temos condições de demonstrar que uma verdadeira reforma tributária poderia contribuir para alterar este quadro dramático. Para isso, seria preciso taxar os setores que têm condições de pagar impostos, e desonerar a maior parte dos assalariados. Seria preciso, uma proposta de sentido oposto à do governo.

ENTREVISTA A
ANTONIO MARTINS



O empresário Olacyr de Moraes e uma família de miseráveis do campo: o sistema tributário, que poupa os ricos e estimula a sonegação, é uma das causas da concentração brutal de renda no Brasil

O INFERNO É BEM AQUI

O enviado especial de B.A. conta como a PM massacrou os sem-terra de Rondônia

Moacir Camargo Ferreira, 30 anos, foi dormir preocupado com o destino de sua família na noite de terça-feira, 8 de agosto. Junto com a mulher e os três filhos, estava acampado na Fazenda Santa Elina, de 14 mil hectares, situada em Corumbiara (RO). Era mais uma das cerca de 700 pessoas que tinham a esperança de obter um pedaço de terra para trabalhar.

Às quatro da madrugada, vem o alarme: a PM vai invadir

A tensão de dias de negociação infrutífera entre posseiros e policiais diminuiu um pouco. Às três da tarde, a Polícia Militar oferecera aos posseiros uma trégua de 72 horas. Porém, no meio da noite, chegou a notícia de que a PM preparava um cerco ao acampamento. Alguns homens ficaram em vigília. Um grupo se concentrou numa espécie de cozinha coletiva. Os outros se mantiveram de sentinela em pontos estrategicamente escolhidos para defender o local.

Moacir decidira ficar com a família num barraco com armação de bambu e coberto por uma lona preta de plástico. Por volta das 4 horas da madrugada de quarta-feira, levantou assustado com os gritos de que a Polícia Militar começava a operação de despejo das famílias de trabalhadores rurais.

Tiros atravessam os barracos de lona, companheiros caem feridos

Tiros e bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio criaram um cenário de guerra no acampamento. Alguns posseiros respon-

Na foto maior, o que restou do acampamento, depois dos assassinatos e do incêndio. Nos detalhes, vestígios da vida que havia até a chegada da polícia

deram às metralhadoras e escopetas da polícia com disparos de espingardas e revólveres. Moacir correu com a mulher e as crianças para a beira de um rio. Atrás de uma árvore, ficou abraçado ao casal de filhos mais velhos. A mulher protegeu da mesma maneira a caçula.

O pânico tomou conta de todos. Moacir conta que os trabalhadores não tiveram como reagir devido ao forte poder de fogo usado pela polícia. Ele ouviu gritos de medo, pedidos de socorro, choro de mulheres e crianças. Viu tiros atravessar os barracos, companheiros cair feridos, bombas explodir. A partir daí começa uma série de versões que incrimina a polícia.

Alguns depoimentos sustentam: a polícia atirou corpos no rio

Todos os passos da operação de despejo, que ocorreu num horário proibido pela lei, indicam que a PM executou e torturou pessoas já dominadas. Incendiou suas barracas e pertences. Abusou do poder que tem para ferir cidadãos. Enquanto o comandante da PM em Rondônia, Coronel Wellington de Barros Silva, alega que sua tropa combateu uma "guerrilha", os depoimentos dos trabalhadores rurais apontam para um chacina premeditada.

O massacre durou até pouco depois das 6 horas da manhã. O saldo: nove civis mortos (entre



FOTOS: KENNEDY ALENCAR

eles, uma menina de 7 anos) e dois policiais militares. Existe a possibilidade de que tenham ocorrido mais mortes. Há depoimentos de posseiros que dizem ter visto a PM atirar corpos no rio.

Segundo relato de trabalhadores rurais, a polícia e pistoleiros perseguiram fugitivos durante todo o dia. O ataque pesado e premeditado da polícia, ignorando uma trégua que ela mesma propusera, fez com que dezenas de pessoas se embrenhassem pelo mato buscando um refúgio.

Terminada a chacina, a PM separou os 355 detidos em dois

grupos. Um grupo de mulheres e crianças, que continuavam assustadas e não paravam de chorar. Outro grupo apenas de homens, amarrados com cordas e fios de náilon.

A caminho da delegacia, tiro à queima-roupa no ombro do preso

Os homens caminharam em fila indiana até Corumbiara (a 20 quilômetros da Fazenda Santa Elina). Os policiais humilharam, espancaram e ameaçaram matá-los. Cinquenta e três feridos foram

amontoados na carroceria de um caminhão e distribuídos pelos hospitais de Colorado D'Oeste e Vilhena.

Os policiais obrigaram Moacir a carregar os mortos para um caminhão F-4000. O fogo continuava a destruir o acampamento. As chamas consumiram os objetos pessoais de Moacir, o alimento da família, a sua tenda e seus sonhos.

Às 6 horas da tarde, cansado e triste após terminar sua tarefa, Moacir sentou-se na traseira de um caminhão da polícia para ir embora junto com outros detidos. Um policial, que estava de pé na carroceria, disparou um tiro de revólver calibre 38 de cima para baixo, que perfurou o ombro de Moacir e foi sair na barriga. A trajetória da bala não atingiu nenhum órgão vital.

"Pelo caminho da bala é muita sorte dele estar vivo", afirmou o médico Paulo Sérgio Marquesini, diretor-geral do Hospital Regional de Vilhena, para onde Moacir foi levado. Até o meio-dia de sexta-feira, 54 horas depois do massacre, ele não havia recebido notícia da família.

KENNEDY ALENCAR,
DE CORUMBIARA-RO

"CARREGUEI OS MORTOS E LEVEI O TIRO"

Moacir Camargo Ferreira, trabalhador rural, recebeu um tiro depois de ajudar a polícia a colocar os mortos em cima de um caminhão. A seguir, os principais trechos de sua entrevista:

Brasil Agora - Como começou o conflito na Fazenda Santa Elina?

Moacir - O policial chegou na área para fazer despejo e o povo começou a gritar que não aceitava. Daí, os policiais começaram a jogar granada (bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio) para deixar o pessoal tonto e ficar mais fácil para atirar.

BA - Onde você estava?

Moacir - Antes de começar eu estava na barraca. Aí, deu o alarme de que a polícia tava chegando. Ouvi a gritaria do povo e os tiros e saí correndo para a beira do córrego com a família para evitar acidente de bala. Fiquei segurando um casazinho de filho e a mulher pegou a menininha menor.

BA - Quando você levou um tiro?

Moacir - Era seis horas da tarde, eu levei um tiro em cima aqui (mostra o ombro esquerdo), que saiu embaixo da "maninha" esquerda.

BA - E nesse momento já tinha acabado a confusão?

Moacir - Já, já tinha saído da área.

BA - Mas como isso aconteceu?

Moacir - Eu ajudei a carregar os mortos para cima de uma F-4000. Aí eu fui para um caminhão da polícia, para nós irmos embora, eu sentei na traseira do caminhão e aí foi quando recebi o tiro.

BA - Você conversou alguma coisa com o policial antes?

Moacir - Não, não. Simplesmente recebi o tiro.

CORUMBIARA

"A POLÍCIA PLANEJOU O CRIME"

Para Lula, PMs agiram de caso pensado, e "governo FHC está brincando com a questão agrária"

O ex-presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que era impossível acreditar na versão da polícia após visitar o local da chacina no último dia 10. "Não tenho dúvida de que a polícia foi para a fazenda premeditada a massacrar os trabalhadores", afirmou. A comissão do PT que foi a Rondônia encontrou o acampamento ainda ardendo em chamas. Segundo Lula, o visual das barracas destruídas pelo fogo lembrava "um cenário de guerra".

A comissão encontrou dezenas de objetos e alimentos caídos pela trilha que sai de uma estrada de terra e vai até o que restou do acampamento. Havia chinelos, roupas, sacos queimados de feijão e arroz, panelas, pratos, um crucifixo pendurado num toco, uma boneca, um livro escolar com as folhas queimadas, um violão esfacelado, uma embalagem queimada do baralho "Vale Tudo" e uma folha de papel com a inscrição "Sem limites para sonhar" (canção de Fábio Jr.).

"Nunca vi devastação parecida", diz observador da ONU

Paulo Sérgio Pinheiro, da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, disse que "o cheiro e o visual de morte estavam misturados a atividades que um dia foram de vida", mostrando panelas com comida, pratos e os objetos pessoais dos posseiros. Pinheiro, observador das Nações Unidas que relatou massacres no Burundi, África, afirmou que nunca viu devastação parecida.

Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT, pegou um pedaço de cipó que amarrava a armação de bambu de uma das barracas. "Vou amarrar esse pedaço de cipó na minha vida, para nunca esquecer a luta que temos que travar", disse Gilberto, com os olhos marejados.

A lista com os nomes dos acampados desaparece na delegacia

O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, vice-presidente do PT, disse não acreditar no absurdo da operação, "completamente ilegal e de uma força desproporcional, caracterizando a má-fé e a premeditação do massacre".

Lula criticou o governo federal, que "está brincando com a questão agrária no Brasil". Segundo ele, "conflitos como o que ocorreu em Rondônia demonstram que é preciso que o Brasil faça a reforma agrária o mais rápido possível".

Não se tem o número certo de quantas pessoas estavam no local. Estima-se que eram 700. A lista

com o nome de cada família desapareceu na delegacia de Corumbiara, após ser apreendida pela polícia.

Depois de visitar o local da chacina, a comissão do PT seguiu para uma reunião com entidades dos movimentos social e sindical, no Centro Comunitário da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida do Brasil, em Colorado D'Oeste.

Estavam presentes o bispo de Guajará-Mirim (RO), d. Geraldo Verdier, e representantes da Fetagro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

KENNEDY ALENCAR,
DE CORUMBIARA-RO



No centro comunitário de Colorado D'Oeste, reunião de entidades e personalidades democráticas. Paulo Sérgio Pinheiro é o segundo da esquerda para a direita

AS PROVAS DO MASSACRE

A comissão da Direção Nacional do PT que viajou a Rondônia nos dias 10 e 11 de agosto apurou provas de que ocorreu uma chacina premeditada na Fazenda Santa Elina. Reunida com médicos legistas no Hospital Regional de Vilhena (RO) no dia 11, a comissão ouviu relatos de que a autópsia dos corpos mostraria que os trabalhadores rurais foram executados, com tiros a curta distância e pelas costas depois de terem sido dominados.

O médico legista Luiz Carlos Hasegawa disse que a perícia dos corpos apontava para a chacina de civis. "Os ferimentos apresentados são praticamente impossíveis de ocorrer num tiroteio e todos os corpos apresentam perfurações a curta distância", afirmou.

A comissão do PT era formada por Luiz Inácio Lula da Silva (presidente nacional do partido), Luiz Eduardo Greenhalgh (vice-presidente e advogado) e Gilberto Carvalho (secretário-geral). Junto com os membros do PT, viajou o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos

e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Pinheiro participou de todas as atividades em conjunto com os dirigentes do partido.

Veja os acontecimentos que reforçam a tese de que ocorreu um massacre premeditado:

- 1) autópsia revela tiros a curta distância e pelas costas,
- 2) execução de um mandado judicial durante a madrugada, o que contraria a lei,
- 3) ruptura de uma trégua que a própria polícia ofereceu,
- 4) após duas baixas na polícia e outras duas entre civis, sete trabalhadores morreram de uma vez, sem que a PM tivesse sofrido outra perda, e
- 5) novo despacho judicial pedindo cumprimento "IMEDIATO" do mandado de reintegração de posse.

Ao deixar o hospital, Lula não tinha dúvidas de que havia ocorrido a chacina. Segundo os relatos que ouviu dos feridos e dos legistas, o presidente do PT disse estar convencido "de que a polícia foi para a fazenda premeditada a massacrar as famílias". (K.A.)

PT ROMPE COM GOVERNO DE RO

NO ACAMPAMENTO HAVIA QUEM ACREDITASSE EM RAUPP

A Executiva Estadual do PT de Rondônia rompeu com o governador Waldir Raupp (PMDB) e decidiu deixar os cargos que ocupava na administração. Carta do presidente do PT no Estado, Eduardo Valverde, ao governador diz que "uma questão social — a luta pela posse da terra — foi tratada como questão de polícia, inclusive com a participação de pessoas do governo".

A direção regional do PT informou que se dispõe a "manter um diálogo construtivo com o governo" e cobrou o cumprimento das seguintes solicitações:

1) afastamento do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Wellington Silva, durante as apurações das responsabilidades,

2) investigação do conflito por uma comissão tripartite (OAB-RO, Ministério Público e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos),

3) indenização às famílias das vítimas e

4) empenho do Governo do Estado junto ao Governo Federal para desapropriar a Fazenda Santa Elina e assentar os posseiros cadastrados.

Três dos sete petistas que pediram "exoneração em caráter irrevogável" no dia 14 de agosto voltaram atrás. Eles pediram afastamento do partido para continuarem em seus postos no governo Raupp. São eles: Emerson Teixeira, secretário de Planejamento; Hermézio Serrano Filho, secretário-adjunto da Emater, e Robson Souza de Oliveira, superintendente-adjunto de Comunicação. A Executiva Estadual vai realizar uma reunião para discutir o caso e deve recomendar a desfiliação dos três.

Mantiveram seu pedido de exoneração os petistas Osvaldo Pittaluga (secretário de Agricultura e Reforma Agrária), Jorge Streit (presidente da Companhia de Processamento de Dados de Rondônia), Ari Miguel Teixeira Ott (secretário-adjunto de Educação) e Joaquim de Souza (diretor-geral-adjunto do Departamento de Estradas e Rodagem). (K.A.)

DIRCEU: "É HORA DE IR ÀS RUAS"

O novo presidente do PT revela o sentido de suas conversas com os demais partidos de oposição, fala numa frente ampla contra FHC e o neoliberalismo e diz que o partido só resolverá seus impasses voltando-se para a sociedade.

Você acaba de se reunir com dirigentes do PDT para discutir a formação de uma frente entre os dois partidos. Isso seria o embrião de uma articulação mais ampla de forças anti-neoliberais?

Já iniciamos conversações com o PDT, PSB e PCdoB, e queremos incluir o PPS. O objetivo é propor às oposições um espaço comum para analisar a realidade brasileira, acordar ações comuns e discutir uma alternativa de política econômica e um modelo de desenvolvimento nacional. Vamos atuar em conjunto no Congresso Nacional e na sociedade, e pensar a longo prazo. Temos interesse inclusive na questão eleitoral, mas nosso objetivo imediato é enfrentar essa política econômica, que já tem a repulsa da sociedade.

As manifestações por mais empregos

e menos juros que a CUT, empresários e partidos políticos têm feito, os atos contra a violência em Corumbiara e pela reforma agrária, as manifestações de repúdio à proposta de reforma tributária do governo, a repulsa do país ao escândalo do Banco Econômico, mostram que amadureceu, na sociedade brasileira, o sentimento de oposição. Agora temos que catalizar esse sentimento e transformá-lo em um protesto nas ruas, em uma força alternativa.

"O Brasil está acordando do sonho do Real. O PT é o partido que pode puxar a oposição ao governo FHC"

Você assume a presidência do PT

num momento complexo. Surgem os primeiros sinais de dificuldade política do governo e a esquerda, como acontece em outros países, tem dificuldade em se apresentar como alternativa política. De que maneira o Encontro do PT e a sua eleição podem ajudar a resolver o impasse?

O Encontro do PT foi o limite a que nós poderíamos ter chegado na divisão interna do partido. Há uma expectativa na sociedade, na militância petista, de que unifiquemos o partido. Isso significa, em primeiro lugar, colocar na agenda do PT os problemas da sociedade, retirar o partido da agenda interna. O debate político-ideológico, programático é importante e devemos organizá-lo num fórum específico. Mas, no momento, o partido tem que dar respostas aos problemas que a sociedade está enfrentando. Devemos impedir que as novas "reformas" do governo — tributária, administrativa, previdenciária — sejam aprovadas. Ao mesmo tempo, temos que fazer um esforço para que a militância também mude seu comportamento e amplie sua atuação. A sociedade está acordando do sonho do Real. Há risco de Estados do país quebrem, de desemprego, de inadimplência no comércio, de crise na agricultura. O PT é a força política por excelência que pode conduzir um processo de oposição.

Milhares de trabalhadores sindicalizados estão sendo obrigados a passar para a economia informal. De que forma o PT, que tem tanta dificuldade em lidar com esse setor, pode reagir?

Temos, em primeiro lugar, que debater com os movimentos organizados. O movimento sindical tem que lutar contra o desemprego, a desestruturação da Previdência, da Saúde e da Educação. Temos que voltar a atuar na base da sociedade. Esta é uma grande dificuldade do nosso partido, que cresceu

demais. O PT não abandonou a luta social, não colocou salto alto e foi para os salões. Nosso problema é que os quadros políticos foram absorvidos pela estrutura sindical, pelas assessorias parlamentares, pelos governos.

"Nosso objetivo imediato é enfrentar a política econômica, que já tem a repulsa da sociedade"

Você tem destacado a necessidade de uma nova atuação também no campo cultural?

O partido tem que estar em sintonia com a cultura das cidades, regiões e movimentos onde ele atua. Precisamos de iniciativas como a do PT de Aracaju, que fez no 15º aniversário do partido uma grande exposição no principal centro cultural da cidade e uma festa na praia para 15 ou 20 mil pessoas. É uma ação político-cultural de um PT que tem outro tamanho. Aliás, temos que aprender com a igreja. As comunidades eclesiais de base, as pastorais, e agora, com as igrejas evangélicas. Eles entraram no universo da sociedade e nós não entramos. Estamos na barreira porque já temos um código. Ora, quando nós estabelecemos um código perdemos a universalidade, partimos para o particular e vamos representar só uma parte pequena da sociedade.

"Nós não colocamos salto alto. O problema é que as instituições levaram nossos melhores quadros"

A luta contra o neoliberalismo não impõe também uma atualização programática?

A dificuldade da unificação da oposição está, justamente, na apresentação de alternativas. Não podemos voltar para o nacionalismo estatista ou nos deixarmos iludir pela globalização, como se fosse resposta para os problemas de uma nação como o Brasil. O Brasil, hoje, não cabe no mundo globalizado, mas poderá entrar nele, se for o elemento de transformação das regras do jogo. Isso envolve a retomada de uma discussão a ser realizada pelas esquerdas. Será que é fato que a globalização é uma saída para um país como o Brasil? Claro que não! Nós temos



HUGO SCOTTE

Dirceu: "Há risco de Estados quebrarem, de desemprego, de inadimplência no comércio, de crise na agricultura. A idéia de oposição amadureceu"

10º ENCONTRO DO PT

que voltar a olhar os diferentes níveis de formação de capital e de formação humana que existem no Brasil, para potencializar o continente brasileiro, as riquezas que ele tem, o mercado interno, a cultura, o desenvolvimento científico.

Precisamos colocar na ordem do dia o emprego, que será o principal problema do país nos próximos 25 anos. Até porque é a única maneira de dialogar com amplos setores da sociedade e com a juventude.

"Temos que aprender com as igrejas. Elas penetraram muito mais que nós no universo cultural da sociedade"

Uma das suas primeiras iniciativas como presidente do PT foi se reunir com os deputados e senadores. É o início de um relacionamento mais ativo da direção do partido com as bancadas parlamentares?

Já era uma ação que o Lula tinha iniciado. Os líderes no Congresso, Jacques Wagner e Eduardo Suplicy, já vinham numa aproximação orgânica com a Executiva do partido. Nosso objetivo é estabelecer um escritório político em Brasília. Não é um problema físico, é eminentemente político. A aproximação com a bancada federal significa que queremos trabalhar em três frentes com ela: ação no Parlamento, produção de políticas e ação social. Queremos organizar uma agenda da bancada federal ligada à luta social no país. Se quisermos fazer uma política com os chamados excluídos, temos que ter clareza de que será preciso fazer uma ponte entre os incluídos e os excluídos. Fazer uma aliança. Para usar um chavão, temos que substituir a aliança operário-campesina por uma aliança entre os excluídos e os incluídos. O PT pode fazer essa ponte.

"Uma de nossas prioridades é a imprensa. Além de um jornal amplo, poderíamos montar uma agência para distribuir material"

De que forma enfrentar as questões da formação política e da constituição de uma imprensa que seja referência contra o neoliberalismo?

Eu não acredito em formação política acadêmica. Ela tem que partir dos problemas que o militante está enfrentando, da experiência prática da sua militância.

Uma das nossas prioridades é a imprensa. Exige competência, profissionalismo e finanças.

Estou convencido que nós temos que criar um sistema de comunicação interno: incentivar "Linhas Diretas" ou outra coisa assim. Mas temos que pensar para fora, fazer um jornal que não seja só do PT. Depende de unidade política no campo democrático-popular e também de força cultural. É preciso, finalmente, trabalhar com a idéia de rede: de rádios comunitárias, de jornais que são reproduzidos.

Eu diria que talvez tenhamos de criar uma agência de notícias para distribuir



PATRICIA SANTOS

Encontro com Brizola, em 5/8: "é preciso catalizar o sentimento de oposição, transformá-lo em um protesto nas ruas, em força alternativa"

material. Poderíamos oferecer, por exemplo, uma página comum aos milhares de boletins diários que são distribuídos pelos sindicatos.

"Não acredito num PT dividido em dois blocos. Meu objetivo é evitar qualquer ruptura no partido"

O 10º Encontro terminou com uma tendência muito clara à polarização. No início havia dez teses, que confluíram para duas chapas. O PT caminha para se tornar um partido dividido em dois blocos?

Não acredito, até porque há nuances, diferenças e antagonismos nos dois blocos. E, mais importante, porque há um patamar comum no partido hoje: uma visão sobre o neoliberalismo, uma consciência da crise do partido e uma vontade política de superar isso. Vão aparecer divergências nas políticas de aliança, em conduzir os governos do PT, em como combinar a denúncia e a negação do modelo neoliberal com a apresentação de propostas alternativas. Mas meu objetivo é impedir qualquer ruptura no partido, garantir a convivência pluralista e democrática de todas as correntes internas.

No processo de composições das direções estaduais houve acusações de sectarismo e exclusão de minorias. O Lula chegou a fazer uma reunião reservada com dirigentes de tendências para tratar disso. O processo de composição da nova Executiva está se dando de forma diferente?

Não vai ser simples porque não tem sido nos Estados. Existem divergências de visão sobre como compor uma Executiva. O problema é se o partido toma como referência a proporção de votos das chapas e tendências, ou a experiência dos quadros, a avaliação sobre os que estavam nos cargos, a unidade política da nova executiva. Nós temos uma tese aprovada e a executiva tem que expressá-la.

Outra questão trabalhosa é compor uma direção que inclua quadros com representatividade e dirigentes que não ganharam visibilidade, mas têm legitimidade e precisam estar na direção do partido.

Não vamos excluir ninguém nem ter uma política hegemônica. Mas isso não significa aceitar a dinâmica das tendências.

"O Lula vai ter muitas vezes opiniões diferentes das da direção do PT. Nós vamos conviver com isso"

Como vai ser o relacionamento com o Lula, inclusive nas questões em que eventualmente houver divergências entre as posições pessoais dele e posições do PT?

Vou assumir plenamente a presidência do PT, e não vou assumir aquilo que ninguém pode assumir, que é a liderança do Lula. Ele é uma referência para nós e vai ser sempre. Também já disse o que quer fazer: cutucar o partido de baixo para cima, para incentivar uma revolução política e cultural dentro do PT.

O partido tem que ser acordado para seus problemas e deformações.

Além disso, o Lula vai ser um agente

social importante. Vai percorrer o Brasil criando cidadania, criando consciência. Vai continuar produzindo políticas para o partido. O papel do Lula está bastante claro e o partido tem que manter essa relação com ele.

"O PT não vai mudar se não for de baixo para cima. Depende de você, que está lendo este jornal, contribuir para essa mudança"

O Lula vai ter, muitas vezes, opiniões divergentes da direção do partido. Nós vamos conviver com isso, porque o PT é assim. Trataremos com naturalidade. A opinião dele pesa e nós a traremos para dentro do partido, para dialogar e resolver. Os problemas do PT não podem ser os internos, têm que ser problemas públicos, porque nós somos parte importante da sociedade. O nosso erro é transformar os problemas internos em disputa política fora do partido.

Quero, por fim, dirigir uma palavra a todos que vão ler essa entrevista. O PT não vai mudar se não for uma ação de baixo para cima. A direção evidentemente pode fazer muito, principalmente não se dividindo e não cometendo grandes erros. Podemos ajudar muito o partido sendo uma direção democrática, ouvindo e procurando consultar o partido antes de tomar decisões. Mas depende de você, que está lendo este jornal, traduzirmos o que estamos dizendo aqui em política. Se não formos capazes de, lá nos diretórios, na base, começar a mudar a cultura, a relação entre nós, a nossa ação política, vai ser difícil mudar o PT.

ENTREVISTA A ANTONIO MARTINS E MARISA LOURENÇO

10º ENCONTRO DO PT

AS RAZÕES DA ESPERANÇA

Candidato à presidência do PT, apoiado por 46% dos delegados ao 10º Encontro, Hamilton Pereira expõe os motivos que o levaram à disputa

Há quinze anos emergiu um novo movimento social no Brasil, nutrido por vastas reservas de energia acumuladas na base da sociedade durante a Ditadura Militar. São Bernardo do Campo foi seu impulso. Os incluídos na economia, os operários do setor industrial de ponta forçaram as portas do sistema político do país. Constituíram um pólo aglutinador de diferentes setores sociais marginalizados do processo de decisões. Eles eram o novo. E estavam determinados a cobrar seu espaço nas disputas sociais e políticas travadas na sociedade. Lançaram os alicerces de um partido dos excluídos. Com cara própria. Com um projeto próprio para o país: o PT

O movimento social que resultou na criação do partido modificou a vida política brasileira

Aquele movimento social, agora potencializado também pela ação partidária, produziu transformações significativas no fazer político tradicional: criou e consolidou a liberdade e autonomia sindical, organizou uma parcela considerável dos excluídos, estabeleceu teórica e politicamente um amplo debate em torno da ética, contribuiu para lançar as sementes de uma sociedade civil autônoma, estimulou movimentos de solidariedade num país frequentemente tragado por seus imensos problemas, forjou pelas ações comunitárias, sindicais ou de massas o exercício da cidadania.

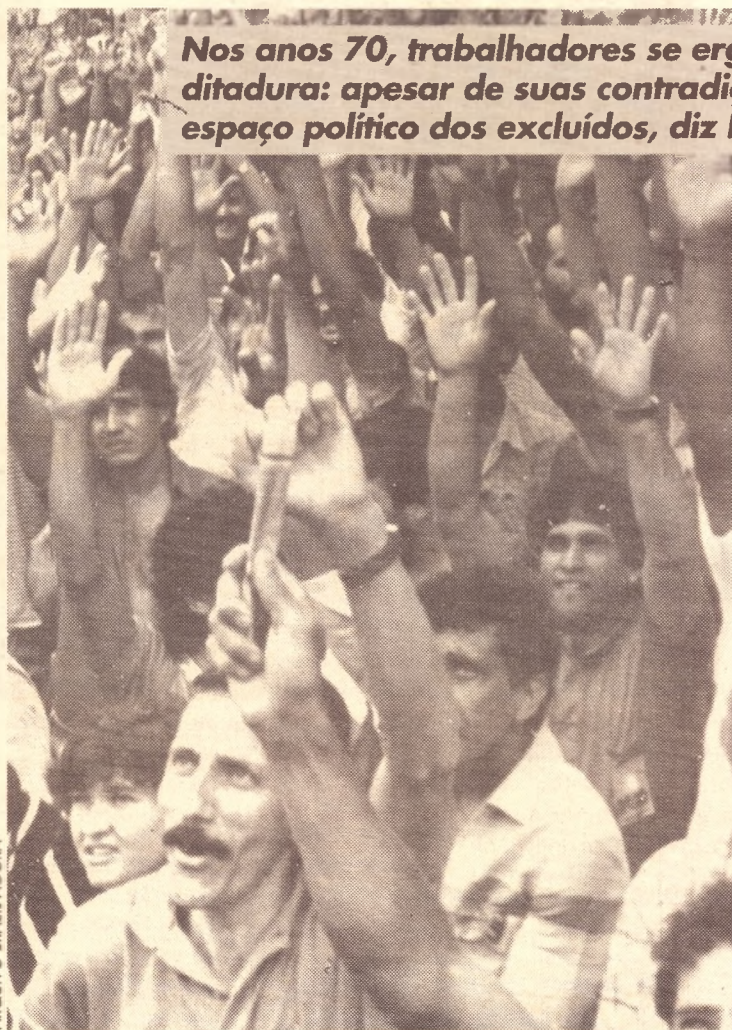
O 10º Encontro Nacional do PT, realizado há três semanas em

Guarapari (ES), ocorre num momento em que o PT exerce parcelas importantes do poder político no país. Produto de acúmulo de forças resultante do empenho de 15 anos de apaixonada militância. É freqüente, hoje, encontramos o PT nos dois pólos da contradição em diferentes conflitos na sociedade. De um lado da mesa o dirigente sindical petista, o dirigente petista dos movimentos populares. Do outro, o prefeito, o governador, o secretário, o membro do PT no governo representando os interesses do Estado. Ninguém escolheu essa ambigüidade. Mas ela é um fato irrecusável. Como enfrentá-la de maneira revolucionária, para não nos confrontarmos com uma posição conservadora, que se reduz à pretensão de inaugurar uma administração ética e democratizada do capitalismo, é desafio.

Exercer parcelas do poder de Estado é uma forma privilegiada de exercer ou disputar a hegemonia na sociedade. A pergunta é: estamos exercendo parcelas do poder de Estado indetificados com vocação transformadora do PT? Ou buscamos simplesmente — golpeados pela crise das idéias socialistas — hegemonizar um processo que se conserva sobre a exclusão e a exploração sobre-humana dos trabalhadores?

No PT, dois lados de um conflito social: de um, o líder popular; de outro, o representante do Estado

Passados quinze anos, o Partido dos Trabalhadores deve examinar o impacto dos resultados produzidos pela desastrosa condução



Nos anos 70, trabalhadores se erguem contra a ditadura: apesar de suas contradições, PT continua sendo espaço político dos excluídos, diz Hamilton Pereira

Dirijo-me especialmente a todos aqueles militantes, simpatizantes e eleitores do PT que estão de acordo integral ou parcialmente com o diagnóstico que o companheiro César Benjamin apresentou, em artigo publicado pela "Folha de S.Paulo". Ainda que o PT pratique valores da sociedade que combate, é justo que a sociedade reflita sobre o conteúdo transformador da prática política do Partido dos Trabalhadores. Ela carrega consigo a transformação profundamente revolucionária do que significa para o Partido dos Trabalhadores exercer uma função pública e toda a carga transformadora que pode representar. Somos humanos. Somos contraditórios. Para isso nascemos. Fizemos greves, ocupamos fábricas, cortamos o arame das cercas, fizemos acampamentos, devolvemos salários indecentes quando ocupamos cargos públicos. Fizemos CPIs, nos recusamos a ir ao Colégio Eleitoral, cultivamos a cultura do inconformismo, num país em que as elites cultivam a cultura da unanimidade. E como fizemos tudo isso, olhamos para a base da sociedade de onde viemos e em cuja fonte bebemos o leite que nos alimenta. Como fizemos todas essas coisas, cumprimos nosso destino fundamental: ser o espaço político dos excluídos.

HAMILTON PEREIRA (PEDRO TIERRA) É POETA E INTEGRANTE DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

da política e da economia sobre a classe trabalhadora. Crescemos na contramão de um desenvolvimento que produziu informalização das relações de trabalho, desemprego, miséria, esgarçamento dos laços de solidariedade social. Vivemos sob o discurso da Lei de Gerson, do individualismo exacerbado, do salve-se-quem-puder. É inevitável que essa conjugação de calamidades se reflita de modo

brutal sobre a classe trabalhadora e no interior do partido. Reproduzimos o pensamento e a prática dominante na sociedade, ainda que estejamos em luta contra ela. Carregamos uma pesada carga de conservadorismo. Ou, como dizia Marx, há um século, "o passado pesa sobre o cérebro dos vivos". Em suma, dessa sociedade somos a negação e a reprodução. Somos seu conflito.

PT
Loja

DIRETÓRIO ESTADUAL PT - SP
R. CONSELHEIRO NÉBIAS, 1.052
CAMPOS ELÍSIOS - SÃO PAULO
CEP: 01203-002 TEL: 223.7999
TEL-FAX: 222.8537 (C/AROLD)

Compre Agora

CAMISETA	R\$ 7,00
CAMISETA/CORES	R\$ 9,00
BANDEIRA PEQUENA	R\$ 5,00
BONÉ	R\$ 3,50
ADESIVOS	R\$ 0,50
CANETAS	R\$ 1,00
FITAS DE VÍDEO	R\$ 10,00
CHAVEIROS	R\$ 0,50
BRINCOS PT	R\$ 1,00
BROCHE ESTRELA	R\$ 1,00
BROCHES VARIADOS	R\$ 1,50

LIVROS	
CARAVANA DA CIDADANIA	R\$ 23,00
ANJO TORTO	R\$ 20,00
MODO PETISTA DE GOVERNAR	R\$ 10,00
FRENTE MINAS POPULAR	R\$ 20,00
CARTILHA DO PT	R\$ 4,00

**COMPRAS ACIMA DE R\$100,00
20% DE DESCONTO
OU PRAZO DE 25 DIAS**

DIÁLOGO COM O MESTRE GORENDER

O historiador Jacob Gorender honrou-me com um artigo no **Brasil Agora**, criticando texto da minha lavra, publicado na "Folha de São Paulo" (18/07/95) sob o título "Estado Globalizado e Esfera Pública Civil". Velho e querido e militante, o professor Gorender é uma das mais belas e eruditas figuras da nossa intelectualidade marxista, a quem devoto todo o respeito. Por isso mesmo trato de responder, não só esclarecendo algumas partes do meu artigo mas também apontando algumas divergências com o reconhecido mestre.

Gostaria de registrar, em primeiro lugar, que defendi e defendo o monopólio estatal do petróleo e o controle estatal das telecomunicações, como elementos fundantes de um projeto nacional. Não aludo, por isso à "esfera pública não-estatal" como um substitutivo destas funções estatais típicas, necessárias para a conformação de um Estado que tenha capacidade de planejar o futuro estratégico do país. O que faço no meu texto é chamar a esquerda, no caso específico do petróleo e das telecomunicações, para *disputar* um novo tipo de controle (social) sobre estes setores, de "fora" do Estado, para que não capitulemos perante o privatismo triunfante. Sustento, porém, a idéia que algumas funções antes reservadas ao Estado, no projeto da esquerda marxista, podem ser exercidas pela iniciativa privada, desde que submetidas ao controle ao controle social, como por exemplo o transporte coletivo urbano. Em outras atividades podem ser realizadas parcerias, sem que o Estado abdique da sua capacidade de regular.

Funções antes reservadas ao Estado, no projeto marxista, podem ser exercidas pela iniciativa privada

Marco, porém, uma divergência com o mestre Gorender, quando no seu texto esgota a questão do "público" somente no Estado. E o faz na esteira da velha tradição do direito burguês,

reproduzida depois na concepção estatista-stalinista do direito público. Divirjo, em consequência, da postura a rigor puramente republicana e iluminista — apropriada de forma passiva pelo movimento comunista —, que aceita a separação absoluta entre Estado e sociedade civil.

Está ausente do texto de Gorender a perspectiva do controle social do Estado e de funções que são de interesse público

No seu texto, o professor Gorender *identifica* a "esfera Pública não estatal" com a sociedade civil, através da qual o indivíduo torna-se cidadão e "pressiona", para fazer valer as suas demandas *sobre o Estado*. Diz Gorender: "Uma questão é a da necessidade do fortalecimento da sociedade civil diante do Estado, o que implica a ampliação e o fortalecimento da esfera pública em que os cidadãos exercem diretamente funções sociais, *fora do âmbito estatal* (grifei). Do ponto de vista da esquerda trata-se de aumentar a influência dos partidos vinculados às classes subalternas, bem como a influência dos sindicatos e dos movimentos sociais expressivos dos explorados e dos excluídos.

Está ausente do seu texto a perspectiva do controle social do Estado e das funções não exercidas diretamente pelo Estado, mas que são de interesse público. Dou como exemplo a concessão de canais de televisão, como momento indicativo da construção desde logo de um novo conceito de Estado.

Este controle constituiria uma nova esfera de interesse onde o estatal e o privado seriam integrados numa nova noção do "público".

Na minha opinião a ausência de uma nova concepção do direito e do Estado contribuiu para criar as condições políticas e jurídicas — com a separação formal e real do Estado da sociedade — que sustentaram as ditaduras estatistas do Leste. Nelas, o Estado poderia prescindir do controle "de fora" da sociedade civil, pois o Estado por si só, "representava o proletariado" assim

como no Ocidente "representa o interesse geral". A contrapartida (no Leste) do "interesse público", originário da teoria de Estado do direito burguês é a "visão de mundo proletária" contida no partido leninista, *que é adjudicada pelo Estado*.

O meu texto parte de um pressuposto diferente. A saber: de que nem tudo que é "público" está na órbita do Estado e que nem tudo que é "estatal" é de interesse público. Vou mais longe. Sustento que com a diminuição da autonomia relativa do Estado atual perante a força cada vez maior dos monopólios, *é preciso mesmo criar uma esfera de controle social*; o "controle público não estatal" não somente como instrumento de luta política para a combinação da democracia representativa com a democracia direta, mas também como mecanismo de controle do Estado e das *próprias empresas estatais*.

O "controle externo" das estatais jamais foi aceito ou praticado pelos devotos do marxismo mecanicista-positivista (do qual o mestre Gorender está longe), método que marca história da esquerda mundial. Isso não ocorre porque tal aceitação se chocaria com a autolegitimação do Estado proletário que emergiu da sua condição de Estado subordinado ao "partido do proletariado".

Por trás das ditaduras estatistas do Leste estava também a falta de uma nova concepção do Direito e do Estado

O mestre Gorender não deixa nada clara a sua posição sobre a atual etapa da internacionalização da economia. Ele diz: "*Sem julgar a globalização como fatalidade* (grifei), precisamos barrar seus efeitos a favor dos privilégios privados, inclusive preservando os monopólios e as empresas estatais estratégicas." Ora, a era da globalização, que com base na terceira revolução científico-tecnológica integra não só os mercados, mas igualmente a produção e a cultura, é tão "fatal" como foram o imperialismo e a segunda



FREDERICO ROZÁRIO/FI

Manifestação de trabalhadores diante da sede da Petrobrás. Para Tarso Genro, "o 'controle externo' das estatais jamais foi aceito ou praticado pelos devotos do marxismo mecanicista-positivista"

revolução industrial. Ela faz, também, da ciência e da tecnologia, os elementos básicos de uma nova etapa da civilização, como "sociedade do conhecimento", propiciando a redução crescente do trabalho "produtivo", à medida que as forças produtivas tornam-se mais desenvolvidas e, conseqüentemente, o passado cada vez mais "conservador".

Entendo que esse processo é *irreversível* e que, a menos que adotemos um modelo albanês ou sigamos os ensinamentos de Pol Pot, é necessário pensar a democracia, uma nova etapa civilizatória e uma nova idéia de socialismo, *num mundo cuja integração não vai mais retroceder*. "Barrar os seus efeitos" (da globalização) significa reconhecer que ela vai se processar e que precisamos, portanto, disputar o "como".

Ora, se isso é certo, o nosso projeto de nação só pode ser pensado *no bojo de uma nova ordem internacional, fundada na interdependência e na coopera-*

ção, estratégia que substitui a idéia nacional-desenvolvimentista e o velho projeto de revolução nacional-democrática.

Nosso projeto de nação só pode ser pensado no bojo de uma nova ordem internacional, fundada na interdependência

Entendo, pois, que as minhas posições não são "perigosas" para a esquerda, mas apenas diferentes das do mestre Gorender. Elas conformam *uma* das posições, hoje, na diáspora socialista, que precisa aprofundar os seus debates para revigorar a cultura da esquerda, ainda atada ao universo do taylorismo — fordismo e do "imperialismo", como mecanismo que ainda domina "de fora" os países atrasados. Para isso é preciso arriscar a reinventar, mesmo que os grandes mestres não concordem conosco.

TARSO GENRO, PREFEITO DE PORTO ALEGRE E INTEGRANTE DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

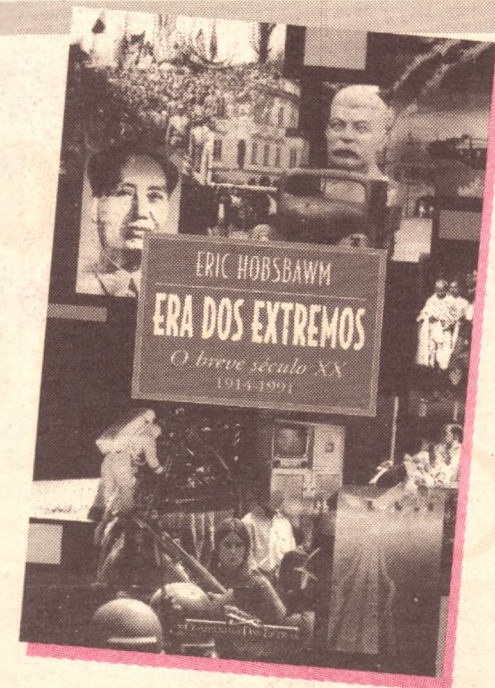
BRASIL AGORA

RESENHA

"A ERA DOS EXTREMOS"

EM BUSCA DE UM NOVO SOCIALISMO

Novo livro de Eric Hobsbawm traça painel do século XX e é decisivo para renovação política da esquerda



Em todos os setores da esquerda realiza-se atualmente um processo de revisão de estratégias, táticas e metodologias de implantação do socialismo. Isto se faz necessário porque os acontecimentos destes últimos anos provocaram alterações substanciais na realidade em que se baseou todo aquele enorme esforço de construção política. Para realizar essa reformulação é preciso olhar atentamente para a história, examinar objetivamente o que aconteceu e porque aconteceu. O livro que o historiador inglês Eric Hobsbawm acaba de publicar, fornece uma excelente visão da história do século XX. Não é preciso concordar com tudo o que ele diz para obter elementos que nos ajudem a captar corretamente a conjuntura que estamos vivendo.

Para o autor, o século começa em 1914, termina em 90 e gira em torno de um grande eixo: a Revolução Soviética

O livro intitula-se "A Era dos Extremos — a história do curto século XX". Hobsbawm considera que o século iniciou-se com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, porque foi esse conflito que, de fato, encerrou o mundo do século XIX. Iniciando-se em 1914, o século terminou em 1990, com a inesperada auto-dissolução da União Soviética. Nesses setenta e seis anos, todos os acontecimentos políticos e econômicos de dimensão maior giraram em torno de um único evento: a revolução de outubro de 1917. Para Hobsbawm, esse é o fato histórico que fornece a chave explicativa para a ascensão do fascismo; a Segunda Guerra Mundial; a Revolução Chinesa; a guerra fria; a economia keynesiana; o estado do bem estar



Lenin discursa na Praça Vermelha, em 1920. O velho socialismo está morto, pensa Hobsbawm, e os novos socialistas precisam ser tão ousados na renovação da teoria quanto foi, em sua época, o líder da revolução soviética.

social; a descolonização.

Todos esses magnos acontecimentos podem ser explicados como consequências diretas ou indiretas da imensa explosão de 1917. Na verdade foram decorrências diretas dela, ou consequências de reações a ela. O livro todo comprova essa tese.

O facismo nasceu e cresceu, com as simpatias das burguesias da Europa e dos Estados Unidos, porque se mostrava mais eficaz no combate ao comunismo do que as decadentes democracias liberais do pós-Primeira Guerra. Criado o monstro, foi na revolução de 1917 que as democracias

Para enfrentar comunismo, burguesias convocam economistas que se inspiram no planejamento soviético

foram encontrar a força para derrotá-lo. Hobsbawm deixa claro que, sem a aliança URSS-democracias ocidentais, Hitler teria vencido a Segunda Guerra Mundial. A grande ironia da história constituiu em fazer com que a destruição do monstro criado pelos conservadores de todo o mundo só tenha sido possível por

causa da Revolução de Outubro.

A Revolução Chinesa, embora seguindo caminho próprio, inspirou-se, em muitos aspectos, na revolução de 1917.

O velho socialismo não responde aos anseios de liberdade e igualdade; o neoliberalismo aprofunda a miséria das massas

Tanto a disputa do século consistia no embate entre as esperanças desatadas pela evolução de outubro e as forças do capitalismo que, nem bem terminada a guerra, deflagrou-se novo embate: a guerra fria, que dividiu o mundo em dois pedaços e congelou as relações internacionais por mais de quarenta anos. E aqui, novamente uma ironia da história: chamados pelos governantes dos países capitalistas após a Segunda Guerra, para resolver o empobrecimento decorrente da destruição provocada pelo conflito e dos impasses herdeiros da crise de 1929, os economistas keynesianos foram encontrados nas experiências de planejamento soviético muitos elementos que utilizaram para possibilitar a "era de ouro" do de-

envolvimento, que se seguiu ao término do conflito. E a possibilidade de vitória dos partidos comunistas na Itália, na França e em vários outros países foi, sem dúvida o aguilhão que permitiu vencer as resistências dos setores mais reacionários da burguesia à implantação da revolução keynesiana, hoje defunta. E seguramente nenhuma das potências européias teria se desfeito de suas colônias na África e na Ásia, não fora a ameaça soviética ou a luta de movimentos inspirados na revolução de outubro, do qual o exemplo mais heróico talvez seja o do Vietnã.

Quando cai a URSS, os ricos perdem o medo dos pobres. Agravam-se os nacionalismos étnicos e o racismo

A auto-dissolução da União Soviética põe fim à Guerra Fria e deixa o vazio. Longe de ser o "fim da história", como quer o açodado Fukuyama, esse vazio prenuncia tempos confusos e difíceis. Segundo Hobsbawm, não há elementos suficientes para discernir com clareza que rumos tomará a história. Alguns con-

flitos podem ser previstos: tensões crescentes entre países do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul, recrudescimento dos nacionalismos étnicos e do racismo; agravamento da questão ecológica. Alguns comportamentos da direita já se manifestaram claramente: com o fim da ameaça soviética "os ricos perderam o medo dos pobres". Algumas realidades tornaram-se evidentes: por um lado, aquele tipo de socialismo que dominou durante setenta anos na Rússia não responde às aspirações de liberdade, igualdade e democracia das massas trabalhadoras de todo mundo; por outro lado, o neoliberalismo triunfante não tem nenhuma condição de dar resposta minimamente satisfatória a elas.

Conclusões que podem ser tiradas desse grande "tableau" dos problemas atuais da humanidade: precisamos reafirmar o socialismo e revisar corajosamente, mas sem transigências, suas estratégias e táticas, a fim de prepará-los para enfrentar os novos desafios colocados pela História.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO,
INTEGRANTE DO DIRETÓRIO
NACIONAL DO PT